



**A Influência da Auditoria Interna e do Controlo Interno numa
Instituição de Ensino Superior**

André Filipe Prata Monteiro da Silva Pacheco

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Auditoria

Versão Final (Esta versão já contém as críticas e sugestões dos elementos do júri)

Porto – 2018

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



**A Influência da Auditoria Interna e do Controlo Interno numa
Instituição de Ensino Superior**

André Filipe Prata Monteiro da Silva Pacheco

**Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto Superior de
Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de
Mestre em Auditoria, sob orientação do Doutor Rui Bertuzi da Silva**

Porto – 2018

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

Resumo

O Ensino Superior tem vindo a inovar todos os anos e o papel que o auditor desempenha neste tipo de organizações onde é cada vez mais importante. A Auditoria Interna tem vindo a modificar a sua imagem ao longo de décadas com o objetivo de ter um papel mais importante em cada instituição/organização, ajudando assim a alcançar os objetivos pretendidos e também dando maior credibilidade às decisões da gestão de topo, garantindo assim maior eficácia e eficiência por parte do sistema de controlo interno.

Neste seguimento, esta investigação tenciona entender se o papel da Auditoria e do Controlo Interno influenciam a opinião dos utentes da informação financeira de uma Instituição de Ensino Superior.

Quanto à metodologia de investigação, foi escolhida a quantitativa porque se considerou que este seria o mais adequado para o estudo efetuado, que consistiu na elaboração de um inquérito realizado junto dos utentes de uma Instituição de Ensino Superior.

Na elaboração desta investigação, procurou-se analisar e demonstrar que a auditoria interna e o controlo interno têm influência sobre os utentes de uma Instituição de Ensino Superior. Por forma a investigarmos este problema de investigação, desenvolveu-se um inquérito que teve como público-alvo os utentes de uma Instituição de Ensino Superior. Este inquérito efetuado *online* direcionado para os utentes de uma Instituição de Ensino Superior.

Após a recolha dos inquéritos foi feita a análise dos dados, com o seu tratamento estatístico, ao nível da estatística descrita e inferencial. Desse modo foi possível testar as hipóteses formuladas e assim retirarmos algumas conclusões. Como principal conclusão apontamos que a auditoria interna e o controlo interno têm influência na opinião dos utentes de uma Instituição de Ensino Superior.

Palavras-chave: Auditoria, Auditoria Interna, Controlo Interno e Papel do Auditor

Abstract

Higher Education has been innovating every year and the role that the auditor plays in this type of organizations where it is increasingly important. Internal Audit has been changing its image for decades with the aim of having a more important role in each institution / organization, thus helping to achieve the desired objectives and also giving greater credibility to top management decisions, thus ensuring effectiveness and efficiency by the internal control system.

In the follow-up, this research intends to understand if the role of Audit and Internal Control influence the opinion of the users of the financial information of a Higher Education Institution.

Regarding the research methodology, the quantitative was chosen because it was considered that this would be the most appropriate for the study carried out, which consisted in the elaboration of a survey carried out among the users of a Higher Education Institution.

In the elaboration of this investigation, it was tried to analyze and demonstrate that the internal audit and the internal control have influence on the users of a Institution of Higher Education. In order to investigate this research problem, we developed a inquiry that had as target audience the users of a Higher Education Institution. This questionnaire was conducted online for users of a Higher Education Institution.

After collecting the inquiry, the data were analyzed, with their statistical treatment, at the level of the described statistics and inferential. In this way it was possible to test the hypotheses formulated and thus draw some conclusions. As a main conclusion, we point out that internal auditing and internal control influence the opinion of the users of a Higher Education Institution.

Keywords: Audit, Internal Audit, Internal Control and Auditor's Role

Agradecimentos

Primeiramente quero agradecer aos meus pais por todos estes anos, por me apoiarem e darem-me sempre motivação para nunca desistir seja ele o objetivo que for, a eles um grande obrigado.

Também quero agradecer ao professor Doutor Rui Silva por me ter ajudado nesta fase do mestrado porque sem ele seria muito mais difícil.

E por fim, um obrigado a todos os amigos e colegas que durante estes cinco anos estiveram ao meu lado e me apoiaram durante este magnífico percurso.

Lista de Abreviaturas

AE – Auditoria Externa

AI – Auditoria Interna

AICPA – American Institute of Certified Public Accountants

CI – Controlo Interno

CLC – Certificação Legal de Contas

COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission

DRA – Diretrizes de Revisão/Auditoria

EOROC – Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

GAAS – Generally Accepted Auditing Standards

IFAC – International Federation of Accountants

IIA – The Institute of Internal Auditors

INTOSAI – The International Organisation of Supreme Audit Institutions

IPAI – Instituto Português de Auditoria Interna

IES – Instituições de Ensino Superior

IPSAS – International Public Sector Accounting Standards Board

ISA – International Standards on Auditing

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

POC-E – Plano Oficial de Contas de Educação

POCP – Plano Oficial de Contas Pública

SCI – Sistema de Controlo Interno

SGQ – Sistema de Gestão de Qualidade

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

Índice Geral

Resumo	iii
Abstract.....	iv
Agradecimentos	v
Lista de Abreviaturas.....	vi
Índice de Figuras	ix
Índice de Gráficos.....	x
Índice de Tabela	xi
Introdução	1
Capítulo I – Revisão de Literatura	3
1.1 Auditoria.....	4
1.1.1 Auditoria Interna	5
1.1.2 Auditoria externa.....	7
1.1.3 Diferença entre Auditoria Interna e Auditoria Externa	8
1.1.4 Objetivos, a importância e o papel do Auditor Interno.....	9
1.1.5 Principais fases da auditoria.....	11
1.3 Controlo Interno	13
1.3.1 Controlo Interno nas Instituições de Ensino Superior (IES).....	15
1.3.2 Contributo do Controlo Interno para a Auditoria Interna	17
1.3.2.1 COSO (<i>The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway</i>)	18
1.3.3 Limites do Controlo Interno	22
Capítulo II – Metodologia	25
2.1 Metodologia.....	26
2.2 Formulação do problema	27
2.3 População e Amostra	27
2.4 Hipóteses de estudo	28
2.5 Formulação das Hipóteses de Investigação	28
2.5.1 Hipótese 1:.....	31
2.5.2 Hipótese 2:.....	31
2.5.3 Hipótese 3:	31
2.5.4 Hipótese 4:.....	32
2.6 Relação das Hipóteses H1, H2, H3 e H4	32
2.7 Modelo de análise.....	33
2.8 Recolha de dados	33

Capítulo III – Apresentação e Interpretação dos Resultados	35
3.1 Apresentação e Interpretação dos Resultados	36
3.2 Estatística Inferencial	44
3.3 Teste da normalidade.....	46
3.3.1 Teste à Hipótese 1	49
3.3.2 Teste à Hipótese 2:	51
3.3.3 Teste à Hipótese 3:	52
3.3.4 Teste à Hipótese 4:	53
Interpretação dos Resultados	54
Capítulo IV – Conclusão	55
Limitações do estudo	58
Recomendações futuras	59
Referências Bibliográficas	60
Apêndices	

Índice de Figuras

Figura 1 – Fases da Auditoria.....	11
Figura 2 – Cinco componentes do Framework.....	20
Figura 3 – Princípios das cinco componentes	22
Figura 4 – Relações entre as Hipóteses	33

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Faixa etária	36
Gráfico 2 – Área de Formação	37
Gráfico 3 – O sucesso da entidade é garantido por um processo adequado de Controlo Interno.....	38
Gráfico 4 – As informações cedidas pela Auditoria Interna melhoram o desenvolvimento da Instituição	39
Gráfico 5 – A dimensão de uma Instituição influencia o relatório do auditor	39
Gráfico 6 – O Controlo Interno está em concordância com a Auditoria Interna.....	39
Gráfico 7 – A atividade de Controlo Interno a par com a de Auditoria Interna poderá segregar as funções dos colaboradores	40
Gráfico 8 – O relatório de Auditoria influencia a decisão de investidores.....	40
Gráfico 9 – A credibilidade de uma Instituição influencia o relatório do auditor.....	41
Gráfico 10 – Se uma Instituição tiver um processo de Auditoria Interna será mais credível do que outra que não tenha?	41
Gráfico 11 – A credibilidade do ensino passa pela Auditoria Interna.....	42
Gráfico 12 – Uma Instituição apresenta maior taxa de sucesso quando tem um departamento de Auditoria?	42
Gráfico 13 – A Auditoria Interna depende da Auditoria Externa?.....	43
Gráfico 14 – A Auditoria Interna e a Auditoria Externa podem influenciar o desempenho do Controlo Interno?.....	43
Gráfico 15 – O Controlo Interno pode influenciar o desempenho da Auditoria Interna e da Auditoria Externa?.....	44

Índice de Tabela

Tabela 1 - Diferenças entre o auditor interno e o auditor externo	8
Tabela 2 - Hipóteses de Investigação	30
Tabela 3 - Género	36
Tabela 4 - Função	37
Tabela 5 – Qual das seguintes funções tem mais impacto numa instituição de ensino..	38
Tabela 6 - Uma Instituição apresenta maior taxa de sucesso quando tem um departamento de Auditoria?	42
Tabela 7 – Tipos de Erro de inferência.....	45
Tabela 8 – Interpretação do Teste de normalidade.....	46
Tabela 9 – Teste de Kolmogorov - Smirnov	47
Tabela 10 – Teste normalidade.....	48
Tabela 11 – Interpretação do valor Rs.....	49
Tabela 12 – Teste de Hipótese 1	50
Tabela 13 – Teste de Hipótese 2.....	51
Tabela 14 – Teste de Hipótese 3.....	52
Tabela 15 – Teste de Hipótese 4.....	53

Introdução

No presente trabalho está refletido o tema “A influência da Auditoria e Controlo Interno numa Instituição de Ensino Superior” e este insere-se no âmbito do Mestrado em Auditoria. Pretende-se nesta introdução, descrever o objetivo do estudo, da investigação e da respetiva metodologia.

Nos dias de hoje, onde a mudança é constante e onde competitividade é cada vez maior e por consequentemente cresce a necessidade de responder a novos desafios, as instituições de ensino preocupam-se com este tipo de ambiente de constante mudança, portanto começaram a encarar as atividades de Auditoria Interna e de Controlo Interno, como uns serviços que poderiam ser bastante úteis, até mesmo a nível da gestão, para o desenvolvimento das mesmas.

Houve também a necessidade de alterar a ideia existente de Auditoria Interna e de Controlo Interno, que deixou de ser uma ideia limitada e ser associada de uma forma contabilística e financeira para ser associada como atividades de identificação de erros, perdas de oportunidades e para a formulação de recomendação no sentido de ajudar a melhorar a gestão quanto ao seu desempenho e desse modo acrescentar valor à organização.

As instituições de ensino superior públicas e privadas sendo estas entidades dinâmicas e capazes, têm por objetivo obter uma administração eficiente e moderna defendendo a presença da Auditoria Interna e Controlo Interno como forma de contribuir para um melhor aperfeiçoamento das condições do exercício da missão sendo um passo importante para a evolução das instituições de ensino.

Posto isto numa primeira fase, elaboramos a revisão de literatura onde foi possível analisar os principais temas necessários para suportar a presente investigação, seguindo-se para a criação de hipóteses de investigação, tendo como por base as respetivas questões de investigação efetuadas a partir da revisão de literatura.

Na seguinte etapa temos o tratamento do inquérito através de uma análise dos dados recolhidos dos mesmos, aplicando assim uma análise estatística e inferencial.

Finalmente, procedeu-se à interpretação e consequentemente às conclusões dos resultados obtidos através dos testes de hipótese.

Capítulo I – Revisão de Literatura

1.1 Auditoria

Costa (2010) enuncia que o conceito de Auditoria deriva do verbo latim “audire” que significa “ouvir” e segundo o qual, considerava-se que os auditores expressavam a sua opinião e fundamentam as conclusões do seu trabalho com base no que lhes era transmitido.

Para o IFAC (1999) a auditoria é uma verificação ou exame feito por um auditor dos documentos de prestação de contas com o objetivo de o habilitar a expressar uma opinião sobre os referidos documentos de modo a dar aos mesmos a maior credibilidade.

Turoff, *et al.* (2004) no seu artigo publicado no *Journal of Information Technology Theory and Application* intitulado *Assuring homeland security: continuous monitoring, control and assurance of emergency preparedness* enunciam a definição de auditoria do Auditing Concepts Committee de 1972, como: a Auditoria é definida como um processo sistemático de objetivamente obter e avaliar evidências sobre afirmações, situações económicas ou procedimentos e verificar o seu grau de correspondência com os critérios pré-estabelecidos e comunicar os resultados aos usuários.

De acordo com a Deloitte, o termo de Auditoria designa-se por ser “um processo altamente complexo e a importância dos auditores como elo vital na cadeia de demonstrações financeiras foi tão importante e nunca o seu papel como conselheiro fidedigno tão valorizado. Os profissionais de *Audit and Enterprise Risk Services* da Deloitte prestam um amplo leque de serviços de auditoria e de aconselhamento para apoiar na prossecução dos seus objetivos de negócio, gerir o seu risco e melhorarem o desempenho das suas empresas.”

Desde que existe o termo de Auditoria, a sua definição foi sendo atualizada ao longo destes anos e por conseqüentemente tornou-se num grande aliado na prevenção e na deteção de fraudes e erros, todavia nos dias que correm e devido às atualizações do conceito este passou a ter domínios mais específicos.

Como podemos ver anteriormente, existem diversos conceitos que podem caracterizar o termo de Auditoria, por essa razão existiu uma preocupação de lhe atribuir uma definição que fosse geralmente aceite por todos, visto isto todas as entidades tentaram fazê-lo como são os casos que foram enumerados anteriormente.

1.1.1 Auditoria Interna

Dada a sua heterogeneidade, pode-se atribuir diversas funções à palavra auditoria porque esta muda consoante os objetivos pretendidos, daí a existência de diversos tipos de auditoria, tais como: Auditoria Governamental, Auditoria Tributária, Auditoria de Sistemas, Auditoria Fiscal, entre outras. No entanto numa primeira instância apenas serão considerados dois tipos de auditoria: Auditoria Interna e a Auditoria Externa.

Até 1999, a definição de Auditoria Interna segundo o IIA- *The Institute Of Internal Auditors*, era a seguinte: a Auditoria Interna define-se como “uma função de apreciação independente, estabelecida dentro de uma organização como um serviço para a mesma, para examinar e avaliar as suas atividades. O objetivo da auditoria interna é o de auxiliar os membros da organização no desempenho eficaz das suas responsabilidades. Com esta finalidade a auditoria interna fornece-lhes análises, apreciações, recomendações, conselhos e informações respeitantes às atividades analisadas”.

Atualmente, segundo a definição do IIA – *The Institute Of Internal Auditors*, a Auditoria Interna é:

“uma atividade independente, de garantia objetiva e consultoria, estabelecida para acrescentar valor e melhorar as operações de uma organização. Apoia uma organização a atingir os seus objetivos através de uma abordagem sistemática e disciplinada de avaliação e melhoria da eficácia na gestão do risco, controlo e processos de “*governance*”” (IIA, 2009, p.10)

Segundo o INTOSAI, *International Organization of Supreme Audit Institutions* (1999), a Auditoria Interna é considerada um meio funcional que permite aos responsáveis da organização obter, de fonte interna, a segurança de que os processos, pelos quais são responsáveis funcionem de forma a reduzir ao mínimo, as probabilidades de existência de fraudes, erros ou ineficiências.

De acordo com Tabora (2015, p.15),

“A auditoria interna é vista muitas vezes como uma técnica de controlo de gestão que incide na análise, verificação e avaliação das atividades da entidade e da eficácia e conformidade do funcionamento de outras técnicas de controlo. Consiste num serviço

criado pela (e para a) própria entidade, contribuindo para o auxílio do órgão de gestão no cumprimento dos objetivos organizacionais”.

A necessidade criou a Auditoria Interna e está a tornar-se parte integrante do negócio moderno. Nenhuma grande empresa pode escapar dela. Se elas não têm isso agora, terão de tê-lo mais cedo ou mais tarde, e, se continuarem a desenvolver-se eventos como o fazem no presente, elas terão que ter isso mais cedo (Martins, 2015).

A ideia de que a Auditoria Interna tem como objetivo a inspeção e vigilância de cumprimento das normas de auditoria, assim como a sua dedicação excessiva e verificação das demonstrações de resultados, está desatualizada (Saraiva, 2010).

No Setor Público, a prática constante de Auditoria Interna para classificar a correta aplicação dos recursos públicos é cada vez mais uma realidade. Bem como nas entidades de administração pública, mais propriamente nas instituições de ensino superior público, o objetivo dos gestores públicos é neste momento de maior responsabilidade devendo administrar os recursos públicos de uma forma mais eficiente e eficaz (Saraiva, 2010).

As instituições de ensino superior para manterem a sua atividade necessitam de um montante significativo de recursos que na sua maioria são provenientes de transferência do orçamento de Estado.

Contudo, os recursos não veem totalmente do orçamento de Estado, pois as instituições de ensino superior também recebem receitas próprias que são provenientes de propinas dos estudantes. Todos estes recursos recebidos pelas instituições devem ser administradas dentro dos princípios da administração pública (Saraiva, 2010).

1.1.2 Auditoria externa

Quanto à Auditoria Externa esta é independente e é classificada para ser efetuada por profissionais externos e não obedientes à entidade, podendo assim exprimir a sua opinião quanto às Demonstrações Financeiras (Martins, 2015).

Martins & Morais, (2007, p. 29) afirmam que: “... a auditoria externa só se interessa pelo sistema de controlo interno, como base de confiança no sistema contabilístico, para uma apresentação fiel das demonstrações financeiras.”

Para Pinheiro (2013), a Auditoria Externa é um exame independente, objetivo e competente de um conjunto de demonstrações financeiras de uma entidade, sendo conduzido por uma pessoa idónea, com o objetivo de exprimir uma opinião sobre se as Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa.

Para Ferreira (2012), a Auditoria Externa, é executada pelo auditor independente, isto é, tem como objetivo a elaboração de um relatório ou parecer sobre as demonstrações financeiras no sentido de traduzirem ou não em todos os seus aspetos relevantes, a situação do património da entidade na data do encerramento do exercício, o resultado das suas operações, as mutações de seu património líquido, seus fluxos de caixa e seus valores adicionados no período auditado.

1.1.3 Diferença entre Auditoria Interna e Auditoria Externa

De uma maneira geral, o trabalho efetuado pela Auditoria Interna e o trabalho efetuado pela Auditoria Externa poderão ser idênticos mas têm diferenças, vejamos no quadro a seguir:

Auditor Interno	Auditor Externo
Normas profissionais	Normas definidas por lei, para além das normas éticas e técnicas definidas para a profissão
Quadro da entidade	Profissional independente da empresa ou entidade auditada, com contrato de prestação de serviços
O objetivo é atender às necessidades da Administração, contribuindo para o fortalecimento do sistema de Controlo Interno da entidade	O objetivo é atender às necessidades de terceiros no que diz respeito à credibilidade das informações financeiras. A avaliação do controlo interno é feita, principalmente, para determinar a extensão, profundidade e calendarização dos exames a efetuar às contas
O trabalho é subdividido tendo em conta as áreas operacionais e as linhas de responsabilidade administrativa	O trabalho é subdividido, tendo em conta os elementos das demonstrações financeiras
Deve ser independente em relação às pessoas cujo trabalho examina, sendo, contudo, subordinado da Administração	Deve ser independente em relação à Administração, havendo na lei incompatibilidades específicas, gerais, absolutas e relativas (Art.º 75/6/7/8/9 do Dec. Lei 487/99 e Art.º 414 CSC)
O controlo interno é avaliado a fim de poder expressar opinião acerca da eficácia ou eficiência da operacionalidade da entidade	A opinião acerca do controlo interno tem a ver com a segurança das operações e não com a eficácia eficiência dos recursos
O exame das atividades é contínuo	O exame das informações das demonstrações financeiras é descontínuo
A responsabilidade é de ordem geral, idêntica à dos restantes trabalhadores da entidade	São responsáveis para com a sociedade, sócios e credores sociais (Art.º 82 do CSC, n.º 2 do Art.º 24.º da Lei Geral Tributária). É uma responsabilidade única e indivisível
Os relatórios não são dotados de “fé pública”, embora devam ser elaborados com o máximo de objetividade	A “certificação legal de contas” é dotada de “fé pública”, só podendo ser impugnada judicialmente
Não pode fazer parte do conselho fiscal (e) (n.º 3 do Art.º 414.º do CSC), tem de conduzir a sua atividade com diplomacia, objetividade e independência. Tem de ser hábil nas relações humanas e na forma de comunicação. Tem de impor-se, sobretudo, pela sua competência e pelos seus conhecimentos	É nomeado pela Assembleia Geral e contratado pela Administração, faz parte do órgão de fiscalização e a sua atividade tem suporte legal. Emite um relatório que acompanha obrigatoriamente as contas
Acompanha permanentemente a atividade da entidade, o que lhe proporciona um melhor conhecimento do negócio, conferindo-lhe maior sensibilidade em relação a tudo o que se refere à entidade onde trabalha	O acompanhamento é intermitente, acompanhando, normalmente, várias organizações. Se por um lado, conhece pior cada empresa auditada, por outro poderá deter uma vasta experiência, fruto de auditar numerosas entidades

Tabela 1 - Diferenças entre o auditor interno e o auditor externo

Segundo Martins (2015), a auditoria pode ser classificada, quanto ao sujeito que a efetua e ao seu objeto, de duas formas: Auditoria Interna e Auditoria Externa. É classificada com Auditoria Interna quando esta é efetuada por quadros da entidade (ou não) normalmente, organizados num departamento e nomeados pelo próprio órgão de gestão. Já a Auditoria Externa é classificada como tal se for efetuada por profissionais externos e não subordinados à entidade, nomeados pela Assembleia Geral e o seu trabalho tem com destinatário os acionistas ou outros utilizadores externos.

1.1.4 Objetivos, a importância e o papel do Auditor Interno

A definição de Auditoria Interna tem vindo a ser atualizada constantemente, durante estes anos. De facto, inicialmente, a Auditoria Interna tinha a função de proteger os ativos da empresa e a credibilidade de informação e também se dava bastante importância à deteção de fraudes (Costa, 2010).

A Auditoria Interna visa avaliar o sistema de controlo, quanto ao auditor interno este pretende identificar os desvios ao padrão estabelecidos e propor as recomendações pertinentes à instituição, para suprir as fragilidades identificadas e, por outro lado, fornecer valor à mesma (IPAI,2008).

Com isto, já se pode ver que antigamente o trabalho do auditor interno era extremamente limitado, cingindo-se exclusivamente à parte contabilista-financeira. Mas por outro lado, a profissão de auditor interno era visto como uma ampliação dos trabalhos do auditor externo, sobretudo no início de proporcionar a estes diversos tipos de análises, conferências e verificações (Costa, 2010).

Os auditores internos devem exercer as suas funções de forma independente em relação aos serviços da entidade que são objeto da sua atenção. Portanto, tal independência permitirá que os auditores internos realizem as suas tarefas de forma livre e objetiva (Costa, 2010).

Com isto, pode-se entender que os auditores internos têm de depender diretamente do órgão de gestão e não de qualquer direção.

A Auditoria Interna é projetada para ajudar a organização a atingir os seus objetivos, posto isto o papel do auditor interno é fundamental para o funcionamento da mesma. Os

objetivos da instituição são objetivos muitas vezes organizacionais porque procuram responder a um conjunto de funções, servindo como fonte de legitimação para o exterior, constituindo igualmente uma fonte de motivação e envolvimento para os colaboradores. A organização declara como seus objetivos uma declaração de missão e visão. A declaração de missão transmite o que a organização é e o que ela quer alcançar. Declaração de visão comunica aspirações para o que pretende alcançar no futuro (Bubilek, 2017; Real, 2014).

Os auditores internos têm conhecimento adequado para analisar a possível ocorrência de fraude e realizar pesquisas. O papel do auditor interno é de elevada importância, este precisa, primordialmente de independência em relação ao objeto auditado ao fim de coletar dados consistentes e produzir análises imparciais, contudo também tem um papel muito importante na avaliação da eficácia da gestão do risco na organização, por isso deve avaliar com regularidade a eficácia dos controles internos relativos à quantificação, informação e limitação dos riscos (Costa, 2010).

O auditor interno é um profissional que pretende responder às expectativas da administração sobre os maiores riscos da organização. Portanto tem por finalidade desenvolver um plano de ação que auxilie a entidade a alcançar os seus objetivos adotando uma abordagem constante e disciplinada para a avaliação, melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento do risco com um único propósito, que são:

- Adicionar valor à organização
- Melhorar as operações e resultados da organização
- Proporcionar análises e recomendações sobre as atividades examinadas

Assim sendo, as instituições devem implementar uma atividade de Auditoria Interna e ter um auditor interno que tenha como objetivo proporcionar à entidade a fiabilidade do sistema interno e da gestão e determinar se os procedimentos em vigor são os mais adequados propondo caso necessário as recomendações que se consideram adequadas para colmatar as falhas identificadas. Logo, na instituições de ensino superior convêm existir um auditor interno para colmatar as falhas existentes e que possa acima de tudo adicionar valor e proporcionar análises e recomendações com o intuito de ajudar a instituição a ser melhor a cada dia que passa. (Saraiva, 2010).

1.1.5 Principais fases da auditoria

As principais fases da auditoria são:

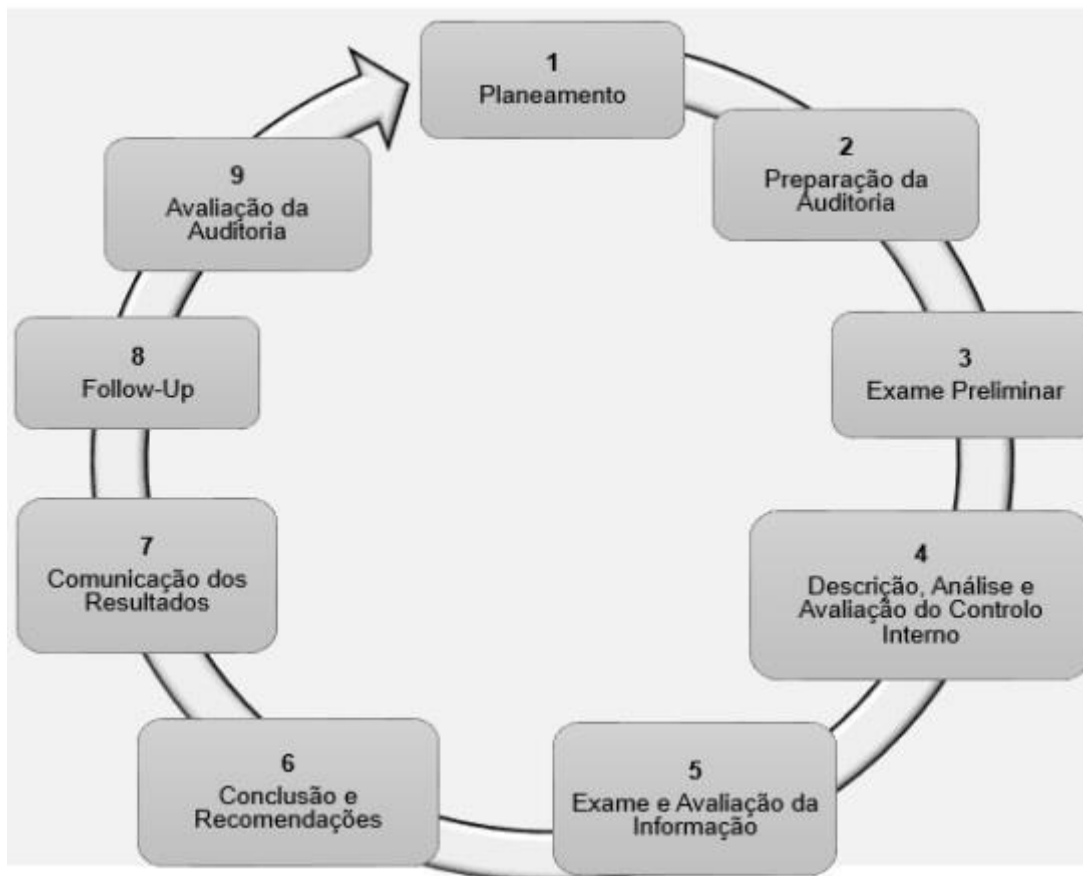


Figura 1 – Fases da Auditoria

Fonte: Adaptado de Morais & Martins, 2003, pp.91-129

Planeamento da auditoria:

Este é o momento onde as ações são tomadas no momento anterior à realização da auditoria e são determinantes para o sucesso das atividades. É neste momento que se verificam os principais fatores de risco associados à organização e ao setor de atividade a que operam, com o intuito de melhorar o trabalho a efetuar e testar as áreas mais suscetíveis de fraude.

Não existe um plano de auditoria padrão, logo este deve ser elaborado de acordo com os seguintes requisitos: a dimensão da organização, o setor de atividade, as funções mais relevantes dentro da organização, os problemas identificados como críticos, se a

organização é ou não objeto de auditorias externas periódicas e a sua situação financeira (Morais & Martins, 2003).

Preparação da auditoria:

Este é o momento em que os auditores poderão conhecer um pouco mais sobre o Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) da empresa. É importante que cada membro da equipa de auditoria esteja preparado para a atividade, com acesso ao *check-list* de verificação.

A *check-list* é fundamental para orientar o auditor de modo a não esquecer nenhum detalhe a ser avaliado.

Execução da auditoria:

A execução da auditoria dá-se através da recolha de informações, que determinam se o departamento em questão está a seguir os padrões e procedimentos de controlo de qualidade estabelecidos.

Nesta fase, o auditor entrevista as pessoas, fazendo perguntas e tomando nota das constatações. De acordo com o que for registado, os planos de auditoria e *check-lists* podem ser submetidos a uma avaliação mais detalhada. É neste momento que serão registadas as situações que ocorreram em desacordo com o processo e procedimento pré-definido.

Conclusão da auditoria:

A equipa de auditores reúne-se para rever as áreas problemáticas, e para determinar as recomendações para corrigir os problemas. Estas informações irão compor o Relatório de Auditoria. Este relatório ajuda a avaliar os resultados e a definir como implementar as ações de melhoria sugeridas pela equipa de auditores.

1.3 Controlo Interno

Nenhuma empresa ou entidade ou instituição de ensino por mais pequena que seja pode exercer a sua atividade sem ter implementado um sistema de Controlo Interno ainda que primário (Costa, 2010).

Nesse contexto, a organização tem como objetivo a função de repartir entre os serviços, as tarefas e as responsabilidades e para assegurar as ligações indispensáveis ao funcionamento equilibrado e coordenado do conjunto. O pressuposto de cada empresa é poder usar todos os controlos com vista a melhorar e atingir ótimos resultados através da utilização mínima de recursos humanos, materiais e financeiros, alterando a sua complexidade conforme a dimensão da entidade ou instituição de ensino.

Tal sistema irá sendo tanto mais requintado quanto mais a entidade ou a instituição de ensino for crescendo e por consequente as suas atividades se tornarem mais complexas, de tal forma que um simples controlo dos meios financeiros passará progressivamente não só para as operações de compra e venda como para todas as operações em geral quanto às empresas (Costa, 2010).

Segundo, a definição de Alberto Carneiro (2001) o controlo, é: um conjunto de procedimentos e métodos, cuja finalidade é vigiar as funções e atitudes das empresas, permitindo verificar se todas as operações são realizadas conforme os programas adotados e as diretrizes e princípios estabelecidos.

Nos dias de hoje, as necessidades das entidades de ensino e não só, são cada vez maiores e mais exigentes, tudo isto se deve à crescente globalização económica e educativa, para tal efeito será necessário que se crie um sistema de controlo interno que consiga acima de tudo combater os riscos e que possa fazer com que as entidades melhorem a cada dia que passa e que possam tornar os riscos em oportunidades para melhorar a sua infraestrutura (Carneiro, 2001).

Existem várias definições de Controlo Interno. Lakis e Giurinas (2008, p.146) dizem que o conceito da palavra "controlar" em si tem muitas definições e significados. Eles acarretam diferentes objetivos, valores e realizações que serão implementadas nas organizações. Portanto, pode-se esperar que o conceito de Controlo Interno pode ser

definido de várias maneiras. Pode ser entendido de uma forma diferente dependendo da situação.

Em 2008, Hightower (p. 27) definiu Controlo Interno como um "programa de atividades estabelecido para capturar e monitorizar uma exposição potencial que poderia resultar num erro significativo, omissão, inexatidão ou uma fraude".

Para o *IFAC (Internacional Federation of Accountants)*, o sistema de controlo interno é o plano de organização e todos os métodos e procedimentos adotados pela administração de uma entidade para auxiliar e atingir o objetivo de gestão de assegurar, tanto quanto for praticável, a metódica e eficiente conduta dos negócios, incluindo a aderência às políticas da administração, a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de fraudes e erros, a precisão e plenitude dos registos contabilísticos e a atempada preparação de informação financeira fidedigna.

Segundo o *AICPA (American Institute of Certified Public Accountants)*, o Controlo Interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados na empresa para salvaguardar os seus ativos, verificar a exatidão e fidelidade dos dados contabilísticos, desenvolver a eficiência nas operações e estimular o seguimento das políticas administrativas.

Para o *Conseil Supérieur de L'Ordre des Experts-Comptables*, o Controlo Interno é um conjunto de seguranças contribuindo à “maitrise” da empresa. Ele tem por fim, de um lado, assegurar a proteção, a salvaguarda do património e a qualidade da informação, por outro lado, a aplicação de instruções da direção e de favorecer a melhoria das performances. Manifesta-se pela organização, pelos métodos e procedimentos de cada uma das atividades da empresa para manter a perenidade dela própria”

Visto que o Sistema de Controlo Interno (SCI) tem um importante papel na gestão das entidades, este deve fazer parte das atividades normais de uma empresa tendo como função acompanhar o funcionamento global, com o objetivo de assegurar o funcionamento da mesma, como por exemplo:

- Rigor no cumprimento das políticas do instituto/empresa
- Assegurar a fiabilidade dos registos
- Garantir a qualidade de informação

Porque o controlo interno visa garantir que o sistema funcione e que acima de tudo auxilie a gestão porque em qualquer entidade o controlo interno começa na adoção e cumprimento das políticas feitas pela direção e vai descendo até chegar à administração (Carneiro, 2001).

No entanto, o Controlo Interno não pode por si só garantir a precisão e rigor dos registos pois não consegue evitar os erros e as fraudes, porque nada é 100% fiável e a sua eficácia e eficiência possui limites que devem ser ponderados.

1.3.1 Controlo Interno nas Instituições de Ensino Superior (IES)

A contabilidade pública constitui um assunto de grande interesse para os estudantes e profissionais de contabilidade. Neste sentido, é conveniente analisar a evolução da Contabilidade Pública em Portugal (Marques, 2003).

De setembro de 1997 até dezembro de 2016 este normativo apresentou-se como um marco concetual da contabilidade pública. No entanto, com o afastamento do Plano Oficial de Contas Pública (POCP) bem como dos seus planos setoriais, o Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais, o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde, o Plano Oficial de Contabilidade para o Setor da Educação e o Plano Oficial de Contabilidade do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social, do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), bem como das normas internacionais de contabilidade, ficou desatualizada a contabilidade do setor público (Santos, 2017).

O POCP, baseado mais em regras do que em princípios, encontrava-se desatualizado, fragmentado e inconsistente. Ainda que tenha colmatado lacunas existentes na contabilidade pública, e obrigando à implementação de um sistema integrado de contabilidade orçamental, patrimonial e analítica (Teixeira, 2016).

Como reconhecido no preâmbulo do Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro, o POCP caracterizava-se pela sua fragmentação e inconsistência. Os diferentes planos contabilísticos para cada setor e a ausência de demonstrações orçamentais e financeiras consolidadas faz com que não se alcance uma imagem verdadeira e apropriada (Teixeira, 2016).

Esta necessidade de mudança conduziu à conceção do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (Gonçalves, 2016). Inicialmente, a sua

entrada em vigor seria no início de 2017, contudo, com a publicação do Decreto-lei n.º 85/2016, de 21 de Dezembro, a adoção do SNC-AP foi prorrogado por um ano, sendo aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2018 para as entidades do regime geral e regimes simplificados.

O novo normativo é consistente com o Sistema de Normalização Contabilístico e com as Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS) permitindo implementar a base do acréscimo na contabilidade e relato financeiro das administrações públicas, uniformiza procedimentos e aumenta a fiabilidade da consolidação de contas.

O artigo 3.º do Decreto-lei n.º 192/2015 refere que o SNC-AP aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, e ao subsector da Segurança Social. Aplica-se, ainda às entidades públicas reclassificadas.

Nos dias de hoje as Instituições de Ensino Superior (IES) enfrentam inúmeros desafios podendo ser estes: a falta de recursos, aumento dos custos operacionais, aumento do número de alunos e por consequência a complexidade institucional. Posto isto, os gestores serão obrigados a avaliar a eficácia operacional e eficiência das suas instituições. Por estas razões e considerando que a o sistema de controlo interno e a Auditoria Interna ajudam a entidade a alcançar os seus objetivos, bem como avaliar e melhorar a eficácia da gestão dos processos de risco, do controlo e governação, achamos relevante analisar a implementação do sistema de controlo interno e da Auditoria Interna nas IES (Simões e Santos, 2015).

A responsabilidade de assegurar que o sistema de controlo interno é implementado nas IES cabe à gestão de topo. Por sua vez, cabe à Auditoria Interna verificar os controlos, afiançando ao órgão de gestão que a IES implantou um sistema de controlo interno adequado e eficaz. Um sistema de controlo interno eficaz requer procedimentos contabilísticos adequados, segregação de funções, especialmente as de autorização e a verificação regular do trabalho de cada pessoa, a qual deverá ser efetuada pelos seus superiores (Adetoso et al., 2013).

Segundo o POC Educação, as entidades contabilísticas obrigadas a utilizar o POC Educação, como é o caso das IES, devem adotar um sistema de controlo interno que englobe um plano de organização interno; as políticas, métodos, técnicas e procedimentos

de controlo interno, bem como todos e quaisquer outros a definir pelos respetivos órgãos de gestão (Simões e Santos, 2015).

1.3.2 Contributo do Controlo Interno para a Auditoria Interna

O controlo interno é um conjunto de procedimentos que são implementados com o objetivo de assegurar a integridade, a fiabilidade e exatidão da informação financeira e ainda de melhorar a eficácia e eficiência dos processos existentes (DRA 410, 2000).

Segundo Rodrigues, (2005), no passado as entidades implementavam sistemas de controlo interno para prevenir a ocorrência de fraude. Apesar da redução do risco de fraude ainda ser uma preocupação válida, hoje em dia, os sistemas de controlo interno são utilizados também para monitorizar a consistência, velocidade e eficácia das transações.

Os sistemas de controlo interno têm como objetivos:

Contribuir para a obtenção dos objetivos da gestão, de assegurar, tanto quanto praticável, a condução ordenada e eficiente do seu negócio, incluindo a aderência às políticas da gestão, a salvaguarda de ativos, a prevenção e deteção de fraude e erros, o rigor e a plenitude dos registos contabilísticos, o cumprimento das leis e regulamentos e a preparação tempestiva de informação financeira credível (DRA 410, 2000, p.2).

Os controlos internos são definidos de acordo com a necessidade de cada organização, no entanto os objetivos do controlo interno são comuns a todas as organizações. Segundo o COSO (2017), os auditores internos podem acrescentar valor, quando:

- Reveem os sistemas de controlo críticos e os processos de gestão de risco.
- Realizam revisões sobre a efetividade da avaliação de risco e dos controlos internos.
- Fazem aconselhamento sobre o desenho e a melhoria dos sistemas de controlo e as estratégias de mitigação de risco.
- Fazem *workshops* sobre *Enterprise Risk Management* .
- Definem graus de tolerância aos riscos que não tenham sido identificados, baseando-se na sua experiência, julgamento, e consultas com a gestão.

1.3.2.1 COSO (The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway)

Originalmente formado em 1985, o *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway (COSO)* é uma iniciativa conjunta de cinco organizações do setor privado e é dedicado a fornecer a liderança de pensamento através do desenvolvimento de *Frameworks* e orientação sobre fraudes e controle interno da empresa risco gestão (*Enterprise Risk Management*) dissuasão.

O *COSO* é uma iniciativa do setor privado, em conjunto, patrocinado e financiado por estas cinco organizações, que são:

- *American Accounting Association*
- *American Institute of Certified Public Accountants*
- *Financial Executives International*
- *The Association of Accounting and Financial Professionals in Business*
- *The Institute of Internal Auditors*

A missão do *COSO* é “fornecer liderança de pensamento através do desenvolvimento de quadros abrangentes e orientação na gestão de risco empresarial, controlo interno e dissuasão de fraude concebido para melhorar a governança e o desempenho organizacional e para reduzir a extensão da fraude nas organizações.”

Quanto ao princípio fundamental do *COSO* este *prime* por uma boa gestão de risco e controlo interno contudo são necessárias boas práticas para o sucesso a longo prazo de todas as organizações.

A *Enterprise Risk Management – Integrating with Strategy and Performance* fornece uma estrutura para a gestão em entidades de todas as dimensões. Baseia-se no nível atual de gestão de risco que existe no curso normal dos negócios. Além disso, ele demonstra como integrar as práticas de gestão do risco empresarial ao longo de uma entidade e ajuda a acelerar o crescimento e a melhorar o desempenho.

Numa empresa cada conselho de administração tem um papel importante, papel esse de supervisão ajudando acima de tudo a apoiar a criação de valor numa entidade e evitar o seu declínio. Tradicionalmente a gestão de riscos corporativos tem desempenhado um papel de apoio forte.

Os auditores internos têm um papel importante na supervisão da *Enterprise Risk Management*, mas não têm a responsabilidade da sua implementação. Apoiam a gestão e a administração ou o comité de auditoria no processo são: supervisão, avaliação, exame, reporte e recomendando melhorias.

O papel de supervisão de risco do conselho pode incluir, mas não está limitado a:

- Proposta de estratégia e risco;
- Alinhamento dos objetivos de estratégia e negócios com núcleo, visão e missão da entidade;
- Decisões de negocio significativas, incluindo fusões, alocações de capital, financiamento e dividendo relacionados;
- Flutuações no desempenho da entidade ou a exibição de carteira de risco;
- Respostas às instâncias do desvio de valores fundamentais;
- Aprovar os incentivos de gestão e remuneração;
- Participar nas relações com investidores e partes interessadas.

A longo prazo a gestão de risco empresarial também pode melhorar a resiliência da empresa, a capacidade de antecipar e também de responder às mudanças. Portanto isto vai ajudar as organizações a identificar os fatores que representam risco, não só, e como isso pode afetar o desempenho e exigir uma mudança de estratégia.

Com esta mudança uma empresa pode mudar o seu próprio plano.

Desde a sua publicação o *Framework* tem sido usado com sucesso em todo o mundo, desde as indústrias até às organizações de qualquer ramo de atividade com o objetivo de identificar os riscos e apoiar as empresas na realização dos seus objetivos.

No entanto, enquanto muitos têm aplicado o *Framework* na prática, este pode ser usado noutras forma com o intuito de beneficiar a empresa e até mesmo de aprofundar alguns aspetos da mesma proporcionando um maior conhecimento sobre as relações estratégicas.

Todas as organizações precisam de definir a sua estratégia e ajustá-la periodicamente conforme a mudança de oportunidades, sempre com o mesmo objetivo que é a criação de valor para a empresa, para isto acontecer a empresa precisará de melhorar a estrutura para otimizar o seu desempenho e a sua estratégia.

Isto é onde a *Enterprise Risk Management* toma posição, para integrar a gestão do risco empresarial em toda a entidade podendo executar muitos benefícios, incluindo:

- Aumentando as oportunidades
- Identificar e gerir o risco de toda a entidade
- Aumentar os resultados positivos e as suas vantagens
- Reduzindo a variabilidade do desempenho
- Melhorar a implementação dos recursos

A *Enterprise Risk Management- Integrating with Strategy and Performance* clarifica a importância na *Enterprise Risk Management* na estratégia de planeamento e esclarece a importância da gestão de risco empresarial porque o risco influencia e alinha a estratégia que é desempenhada em todos os departamentos.



Figura 2 – Cinco componentes do Framework

Fonte: <https://www.coso.org/news/Pages/coso-updated-erm-framework-mid-2017.aspx> (Consultado em Maio de 2018)

1. **Governance & Culture:** a governança define o sentido da organização, reforçando a importância de se estabelecer as responsabilidades de supervisão para a empresa de gestão de riscos enquanto a cultura diz respeito aos valores éticos, comportamentos desejados e compreensão do risco na entidade.
2. **Strategy & Objective-Setting:** a *enterprise risk management, strategy and objective-setting* colaboram todos no processo de planeamento estratégico. Um risco está estabelecido e alinhado com a estratégia, os objetivos de negócios colocam a estratégia em prática enquanto serve como base para identificar, avaliar e responder ao risco.
3. **Performance:** os riscos que podem afetar a realização dos objetivos de estratégia e negócios precisam ser identificados e avaliados, visto que os riscos são

priorizados por gravidade. Posto isto, a organização seleciona o risco e mais tarde os resultados irão ser processados e reportados aos *stakeholders*.

4. **Review & Revision:** examinando o desempenho da entidade, a organização pode considerar os componentes de gestão de risco corporativo que estão a funcionar ao longo do tempo e verificar se é necessário uma revisão.
5. **Information, Communication & Reporting:** a gestão de riscos corporativos requer um contínuo processo de obtenção e compartilhamento de informações necessárias, de fontes internas como de externas, que tem que fluir de cima para baixo em toda a organização.

<i>Governance & Culture</i>	<i>Strategy & Objective-Setting</i>	<i>Performance:</i>	<i>Review & Revision</i>	<i>Information, Communication & Reporting</i>
O Board supervisiona o risco fornecendo supervisão para a estratégia e executa as responsabilidades de governança que dá suporte aos gerentes no alcance dos objetivos estratégicos e de negócios	A entidade analisa potenciais efeitos do contexto do negócio e o perfil de risco	A entidade identifica os riscos que impactam o resultado dos objetivos estratégicos e de negócio	A entidade identifica e avalia mudanças que podem afetar substancialmente o alcance dos objetivos estratégicos e de negócios	A entidade aproveita o sistema tecnológico e o sistema de informação para dar o suporte ao gerenciamento de riscos
Estabelece a estrutura operacional suficiente para alcance dos objetivos estratégicos e de negócios	A entidade o define o apetite a risco dentro do contexto de criação, preservação e realização do valor	A entidade avalia a severidade do risco	A entidade rever o desempenho da entidade e os riscos	A entidade usa canais de comunicação para dar suporte ao gerenciamento de risco
Define o comportamento esperado que traduz a cultura desejada na entidade	A entidade avalia estratégias alternativas e potenciais impactos no perfil de risco	A entidade prioriza os riscos com base na seleção de respostas para os riscos	A entidade busca melhorias no gerenciamento de riscos	A entidade relata os riscos, a cultura e os resultados para múltiplos níveis e por toda entidade
Atrai, desenvolve e retém indivíduos com capacidade, construindo capital humano alinhado com os objetivos estratégicos e de negócios	A entidade considera os riscos enquanto estabelece os objetivos do negócio em vários níveis que alinham e apoiam a estratégia	A entidade implementa respostas aos riscos		

Demonstra comprometimento com valores fundamentais		A entidade desenvolve e avalia uma visão de portfólio de riscos		
--	--	---	--	--

Figura 3 – Princípios das cinco componentes

Fonte: Queiroz (2017)

Contudo, a implementação de sistemas de controlo interno não é só favorável e importante para prevenir e detetar falhas/erros, como também ajuda a repará-los e evitar que voltem a acontecer.

1.3.3 Limites do Controlo Interno

Os controlos internos ajudam a manter os negócios, ou até mesmo neste caso as instituições sem problemas e garantem que os registos financeiros sejam confiáveis. Eles são uma parte imprescindível na construção ou até mesmo no desenvolvimento de uma instituição. Contudo, os controlos internos não podem garantir que tudo possa correr de forma planeado, embora eles estejam prontos para resolver determinadas situações, eles também têm limitações que os podem tornar ineficazes (Marques e Marçal, 2011).

Hoje em dia por muito que esteja enraizado, planeado e desenvolvido o processo de Controlo Interno não significa que o mesmo possa oferecer uma razoável certeza porque nos dias de hoje nada é 100% fiável e se admitirmos que alguma coisa é segura, surge sempre algum acontecimento para desfazer essa ideia (Rodrigues, 2013).

Porem, é óbvio poder-se afirmar que o facto de existir um sistema de controlo interno numa entidade ou até mesmo numa instituição de ensino superior não quer dizer que esteja operativo, podem não ser atingidos os objetivos previamente definidos pela entidade para o ano que estão a trabalhar (Rodrigues, 2013).

Perante isto é importante referir, que mesmo com um bom sistema de controlo interno implementado, qualquer empresa não está imune da ocorrência de irregularidades, erros e fraudes (Cruz, 2001).

Os controlos individuais devem atender aos objetivos principais do sistema. Os responsáveis pelos planos devem considerar as asserções incluídas nos *Generally Accepted Auditing Standards* (GAAS) dos Estados Unidos da América, ao projetar os controlos para tratar das afirmações das demonstrações financeiras inerentes aos vários

componentes das demonstrações financeiras do plano, como por exemplo: o plano de investimentos, as contribuições, os benefícios, os dados dos participantes, as obrigações do plano, os empréstimos do participante e as despesas administrativas (AICPA, 2014)

As asserções podem ser classificadas de acordo com as seguintes categorias:

- **Ocorrência ou existência** - Os ativos e passivos existem realmente numa determinada data? As transações registadas ocorreram durante o atual ano ou ocorreram no ano anterior ou posterior?

Por exemplo, todos os ativos da conta de investimento devem existir fisicamente e estar disponíveis para pagar benefícios ou planejar despesas.

- **Direitos e obrigações** - Os ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras representam os direitos e obrigações do seu plano a partir da data da demonstração dos ativos líquidos disponíveis para benefícios?

Por exemplo, um investimento não deve ser relatado como um ativo, a menos que seja da própria entidade. Os passivos devem ser reportados somente se estes apresentam obrigações reais e não obrigações de uma companhia de seguros ou uma outra entidade.

- **Integralidade ou Integridade (*Completeness*)** - Todas as transações e contas devem ser apresentadas nas demonstrações financeiras estão realmente incluídas?

Por exemplo, todas as despesas administrativas incorridas durante um determinado ano devem ser registadas e todas as quantias devidas aos corretores pelos títulos comprados devem ser incluídas no passivo.

- **Precisão ou avaliação e alocação** - Os ativos e passivos são avaliados adequadamente? Os ativos, os passivos acumulados e as obrigações de benefícios acumulados incluídos nas demonstrações financeiras são apropriados? E quaisquer ajustes de avaliação ou alocação resultantes são registados adequadamente?

Por exemplo, os investimentos devem ser reportados pelo justo valor, e qualquer receita de investimento relacionada com locações.

- ***Cut-off*** — todas as transações são registadas no período adequado?

Por exemplo, todas as contribuições do empregador para o ano foram devidamente registadas, mesmo se recebidas no ano seguinte.

- **Classificação e compreensibilidade** - As transações são registadas nas contas corretas? As informações financeiras são adequadamente apresentadas e descritas, e as informações estão expressadas de uma forma clara?

Por exemplo: os custos devem ser adequadamente classificados como despesas ou ativos, e as informações sobre transações proibidas que ocorreram nesse ano também devem ser divulgadas nas notas das demonstrações financeiras. Os objetivos de controlo devem ser estabelecidos para cada uma das asserções das demonstrações financeiras do seu plano.

Capitulo II – Metodologia

2.1 Metodologia

Nos trabalhos de investigação, a metodologia é uma das fases mais cruciais e imprescindível, sendo considerada como a disciplina instrumental que cria as situações propícias para que uma pesquisa se possa considerar científica.

Segundo Fortin (1999, p.102) esta fase tem uma extrema relevância neste processo de metodologia, pois é ela que, “assegura a fiabilidade e a qualidade dos resultados da investigação”.

Este capítulo tem como principal objetivo dar a conhecer os procedimentos a serem utilizados para obter as respostas às questões e hipóteses enunciadas. Gil (2010) afirma que as pesquisas exploratórias têm como objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, visando a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses para estudos posteriores.

De acordo com Yin (1994), este considera que a seleção das questões a investigar é o passo mais relevante para decidir o tipo de pesquisa, contudo este autor recomenda serenidade e ponderação na execução desta tarefa porque trata-se de uma investigação empírica de um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, quando os limites entre fenómeno e contexto não estão muito evidentes, várias fontes de evidências são utilizadas.

A metodologia é, pois, o caminho para a obtenção do conhecimento, e é através dela que se estuda e fundamenta os métodos que vão ser utilizados no decorrer do trabalho, com o intuito de articular os procedimentos aplicados ao longo das várias etapas, de modo a preservar a exatidão e a veracidade dos resultados. Esta ideia mantém-se fiel ao termo originário grego *Méthodos*, composto pelas palavras “Meta” e “hódos”, que traduzidas para o português podem ser interpretadas como “o caminho através do qual” (Bailly, 1950).

Todo o trabalho realizado deve ter por base uma metodologia científica, esta não deve ser reduzida apenas aos seus métodos e técnicas. A investigação tem como objetivo expandir os conhecimentos quanto à disciplina e acima de tudo melhorar o desenvolvimento da ciência.

É através da metodologia que se descreve e explica os métodos que vão aplicar conforme o trabalho realizado de forma a sistematizar os procedimentos adotados durante os vários períodos, procurando sempre garantir a máxima validade e fiabilidade dos resultados.

Em sentido amplo, existem dois tipos de abordagens distintas do problema: quantitativa e qualitativa.

Diehl (2004), descreve as duas abordagens do seguinte modo:

- A pesquisa quantitativa utiliza a quantificação, tanto na recolha de dados quanto no tratamento das informações, através de técnicas estatísticas, procurando evitar possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança;
- A pesquisa qualitativa descreve a complexidade do problema, através da compreensão e classificação dos processos dinâmicos vividos nos grupos, possibilitando, deste modo, a compreensão das mais diferentes particularidades dos indivíduos.

2.2 Formulação do problema

A apresentação deste trabalho tem como objetivo saber a opinião dos alunos, docentes funcionários não docentes sobre se Auditoria Interna e o Controlo Interno têm influência sobre uma Instituição de Ensino Superior. Neste sentido, foi estabelecido um inquérito, por forma a formular hipóteses de correlação e investigar os aspetos que influenciam a Auditoria Interna, bem como os que podem contribuir para a sua melhoria, na opinião dos seus utentes.

2.3 População e Amostra

Este inquérito esteve disponível *online* até ao dia 29 de agosto de 2018, todas os utentes de uma Instituição de Ensino Superior podiam responder a este inquérito, tendo no total de 106 inquiridos tendo sido necessário eliminar um inquérito, por este ter sido considerado inválido. O inquérito foi estruturado de uma forma condicionada, isto é, se o inquirido fosse estudante ou docente de uma Instituição de Ensino Superior tinha que responder a mais cinco perguntas do que os outros inquiridos.

Segundo Fortin (2003, p.202) “A amostra é um subconjunto de uma população ou de um grupo de sujeitos que fazem parte de uma mesma população. É, de qualquer forma, uma réplica em miniatura da população alvo”.

Partindo desta população, tomamos como amostra os docentes de uma Instituição de Ensino Superior, alunos e funcionários não Docentes. Deste modo, foi publicado *online* o inquérito, durante todo o mês de agosto de 2018. De salientar ainda que este inquérito foi anónimo com o objetivo de salvaguardar o anonimato de todos os respondentes.

2.4 Hipóteses de estudo

Numa investigação, um dos pontos mais importantes é a elaboração de hipóteses de estudo. Visto que estas são afirmações/citações que devem ser testadas. Posto isto, quando formulamos as hipóteses estas foram sujeitas a um pré-teste.

Segundo Pinheiro (2013) este considera que a hipótese é um enunciado formal das relações previstas entre duas ou mais variáveis, ou seja, que estas declaram a relação esperada entre as variáveis independentes e dependentes, procuramos combinar as hipóteses com o problema e com os objetivos num prognóstico ou explicação clara dos resultados esperados da presente investigação.

Segundo Hill & Hill (2000), a definição da hipótese é que esta se destina a estabelecer a ligação entre a parte teórica e a parte empírica da investigação.

2.5 Formulação das Hipóteses de Investigação

A hipótese é um enunciado formal das relações previstas entre duas ou mais variáveis, isto é, as hipóteses mostram a relação esperada entre as variáveis independentes e dependentes, procurando acima de tudo combinar as hipóteses com o problema e com os objetivos num prognóstico ou explicação clara dos resultados esperados da presente investigação.

Segundo Klahr e Dunbar (1988), numa primeira etapa de qualquer processo de investigação, seja esta científica ou não, é a procura de uma ou várias hipóteses (Sousa, 2016).

Como referido por Fontin (1999, p. 102) a componente prática de uma investigação “assegura a fiabilidade da qualidade dos resultados da investigação”, razão pela qual se

procura validar as hipóteses formuladas e as questões em análise, de forma a criar conhecimento (Sousa, 2016).

Rudio (1978) considera que a hipótese como uma suposição tenta explicar o que se desconhece. Esta hipótese é provisória e posto isto deverá ser testada para averiguar a sua validade. Neste sentido, a hipótese é uma suposta resposta ao problema a ser investigado (Sousa, 2016).

As variáveis independentes do estudo em causa serão as hipóteses formuladas através das questões de investigação definidas. Estas hipóteses/variáveis independentes, serão o guia condutor desta investigação e do qual se espera retirar conclusões que darão resposta às mesmas (Silva, 2016).

Posto isto, importa referir que foram formuladas quatro hipóteses para o estudo em apreço. Estas hipóteses foram definidas através de questões de investigação, elaboradas tendo por base o que foi referido na revisão da literatura, com o objetivo de questionar aquilo que foi dito pelos autores citados (Silva, 2016).

Assim sendo, podemos observar através do quadro que se segue, a associação das questões de investigação definidas às hipóteses desenvolvidas.

Questões de Investigação	Hipóteses
<p>Q1: A Auditoria Externa relaciona-se com o controlo interno e auditoria interna? Sendo esta um exame independente? (Pinheiro, 2013); Q2: É importante haver auditoria interna no ensino superior? Esta vai depender diretamente da gestão de topo? (Martins, 2015)</p>	<p>H1: O departamento de Auditoria Interna e de Controlo Interno terão sempre que apresentar relatórios à gestão de topo, podendo estes pedir auxílio à Auditoria Externa sendo esta independente.</p>
<p>Q3: A existência de um departamento de Auditoria Interna ou um sistema de controlo interno está diretamente relacionado com a dimensão (número de alunos na instituição) da instituição? (Saraiva, 2010); Q4: A Auditoria Interna juntamente com o melhoramento do controlo interno poderá acrescentar valor à entidade? (Pinheiro, 2005 e Costa, 2010 e Martins, 2015, IIA)</p>	<p>H2: A dimensão da instituição irá influenciar a Auditoria Interna e o Controlo interno da instituição, podendo atingir determinados objetivos e consequentemente acrescentar valor à entidade</p>
<p>Q5: Um sistema de controlo interno eficaz aumenta a probabilidade de sucesso e reduz a de fracasso, no ensino superior, tendo a Auditoria Interna como apoio? (Willsher, 2007); Q6: A Auditoria Interna influencia o comportamento da instituição de ensino no sentido de melhorar a eficácia e eficiência dos controlos internos, para atingir os objetivos? (IIA, 2008)</p>	<p>H3: Existe uma relação entre o sistema de controlo interno e a auditoria interna com o objetivo de ambos se entre ajudarem para melhorar a instituição</p>
<p>Q7: O Sistema de Controlo Interno dá credibilidade a uma entidade de ensino superior e poderá condicionar o sucesso da mesma? (Costa, 2010); Q8: A credibilidade de uma entidade de ensino superior em ter um departamento de Auditoria Interna poderá ser considerado como uma vantagem competitiva perante as outras entidades? (Saraiva, 2010)</p>	<p>H4: A credibilidade da instituição pode condicionar o sucesso da mesma com a ajuda do departamento de controlo interno e de auditoria interna</p>

Tabela 2 - Hipóteses de Investigação

Fonte: Elaboração Própria

2.5.1 Hipótese 1:

De acordo com Picheiro (2013) a auditoria externa auxilia os trabalhos desenvolvidos pelo Controlo Interno e pela Auditoria Interna sempre numa vertente independente, ou seja, a Auditoria Externa relaciona-se com o Controlo Interno e com a Auditoria Interna sendo que a Auditoria Externa é independente. Já Martins (2015), mostra que é importante haver Auditoria Interna no ensino superior e que esta está dependente da gestão de topo.

Contudo, é neste sentido que surge a primeira hipótese: “O departamento de Auditoria Interna e de Controlo Interno terão sempre que apresentar relatórios à gestão de topo, podendo estes pedir auxílio à Auditoria Externa sendo esta independente”.

2.5.2 Hipótese 2:

Para Saraiva (2010) a Auditoria Interna como o sistema de Controlo Interno podem influenciar diretamente a dimensão da instituição, isto é, com a possível existência de um departamento de Auditoria Interna ou de um sistema de controlo interno os relatórios poderão ser influenciados devido ao número de alunos presente na instituição. Neste seguimento, segundo Pinheiro (2005), Costa (2010) e ainda IIA (2008) o valor de uma entidade melhora ao longo dos anos se esta estiver suposta a implementar um departamento de Auditoria Interna.

Posto isto, surge a segunda hipótese: “A dimensão da instituição irá influenciar a Auditoria Interna e o Controlo Interno da instituição, podendo atingir determinados objetivos e consequentemente acrescentar valor à entidade”

2.5.3 Hipótese 3:

Para Willsher (2007) um bom sistema de controlo interno tem como principal função aumentar a probabilidade de sucesso da entidade reduzindo da mesma forma os seus pontos fracos tornando-os assim em oportunidades ou em objetivos a alcançar, tendo sempre um departamento de auditoria interna pronto para dar auxílio, ou seja, um sistema de controlo interno eficiente e eficaz aumenta a probabilidade de sucesso e reduz o fracasso.

Ainda nesta linha de pensamento, IIA (2008) uma instituição de ensino não consegue atingir os objetivos propostos sem a ajuda de um departamento de auditoria interna e de um sistema de controlo interno tornando-a assim a menos eficiente e eficaz.

É através das questões de investigação que chegamos a uma hipótese sendo esta a terceira hipótese: “Existe uma relação entre o sistema de controlo interno e a auditoria interna com o objetivo de ambos se entre ajudarem para melhorar a instituição”

2.5.4 Hipótese 4:

De acordo com Costa (2010) e Saraiva (2010) ao longo dos anos cada vez mais as entidades sendo elas de ensino ou não, estão dependentes de diversos fatores para serem bem sucessivas sendo um deles a credibilidade que as pessoas ou estudantes depositam nela.

Visto que a credibilidade é um dos fatores, portanto a sua ferramenta de ajuda seria um bom sistema de controlo interno e a criação de departamento de Auditoria Interna. Estas duas ferramentas são uma excelente vantagem competitiva em todos os níveis, dando mais credibilidade a uma instituição e mais credibilidade.

Neste sentido surge a quarta hipótese: “A credibilidade da instituição pode condicionar o sucesso da mesma conforme o departamento de controlo interno e de auditoria interna”

2.6 Relação das Hipóteses H1, H2, H3 e H4

As hipóteses estão relacionadas entre si e conseqüentemente umas levam às outras. Desta forma a H1 está relacionada com a H4, isto porque para uma instituição ter maior credibilidade é necessário a criação de um departamento de Auditoria Interna e implementar um sistema de controlo interno, para que possíveis investidores possam investir na entidade/instituição.

Para fomentar mais esta ideia, uma entidade deverá recorrer a um auditor externo para a combater as suas fraquezas tornando-as em objetivos a alcançar.

Conseqüentemente a H4 leva a H3, porque as ações do departamento de auditoria interna e do sistema de controlo interno poderão estar relacionadas com o melhoramento da instituição porque quanto melhor for a entidade maior será a sua dimensão lá fora suscitando a entrada de novos estudantes (H3 leva à H2).

2.7 Modelo de análise

A conexão entre as hipóteses de análise irão conduzir-nos a uma conclusão sobre este estudo. As hipóteses mencionadas anteriormente estão ligadas da seguinte forma.

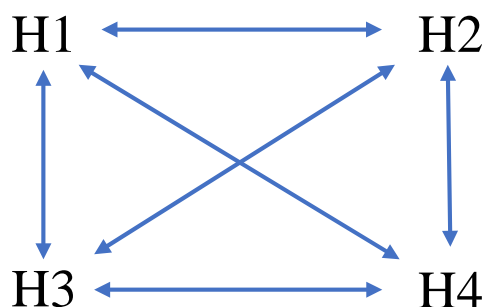


Figura 4 – Relações entre as Hipóteses

Fonte: Elaboração própria

A figura 1 apresenta a relação existente entre as hipóteses acima referidas.

Foi assumido que cada hipótese iria representar um valor percentual de 25%. Assim sendo, se pelo menos se realizar (> 50%) das hipóteses podemos afirmar que a Auditoria Interna e o Controlo Interno influenciam uma Instituição de Ensino Superior.

2.8 Recolha de dados

Quanto à recolha de dados optou-se por se fazer uma caracterização da amostra, com o intuito de saber se a Auditoria Interna e o Controlo Interno acrescentam valor à organização, com isto decidiu-se usar o método quantitativo.

Este método será aplicado a docentes de uma Instituição de Ensino Superior, alunos e funcionários não docentes, sendo que este inquérito teve como objetivo verificar se existe influência da Auditoria Interna e do Controlo Interno numa Instituição de Ensino Superior.

As questões enunciadas no inquérito foram compostas em três grupos, sendo estes: caracterização, auditoria interna e controlo interno.

Antes de expor o inquérito *online* foi feito um pré-teste, onde foi pedido a 5 alunos para responderem ao inquérito e o avaliarem, sendo que posteriormente teve-se que modificar algumas questões e também acrescentar. Também se optou por fazer entrevistas, os emails foram enviados mas as respetivas pessoas para onde foi enviado o *email* não responderam, obrigando a eliminar esse método qualitativo da dissertação.

Para o tratamento dos dados e análise dos mesmos dados recorremos à estatística descritiva e há estatística inferencial e foram utilizados os programas de análise Microsoft Excel 2010, LimeSurvey e o SPSS (*Statistical Packages for the Social Sciences*) versão 24.

Capítulo III – Apresentação e Interpretação dos Resultados

3.1 Apresentação e Interpretação dos Resultados

Analisando a primeira parte do inquérito esta é composta por quatro questões, sendo elas de caracterização do inquirido, como: Faixa etária, Género, Função e Área de formação. Analisando a caracterização da amostra podemos verificar que a maior parte dos inquiridos são do sexo feminino com uma percentagem de 54% sendo que os restantes 51% são do sexo masculino.

Género	Nº de pessoas	Percentagem
Feminino	54	51%
Masculino	51	49%
Total	105	100%

Tabela 3 - Género

Fonte: Elaboração própria

No que respeita há faixa etária, a maior parte dos inquiridos encontra-se entre os 18 e 25 anos representando assi uma percentagem de 34%.

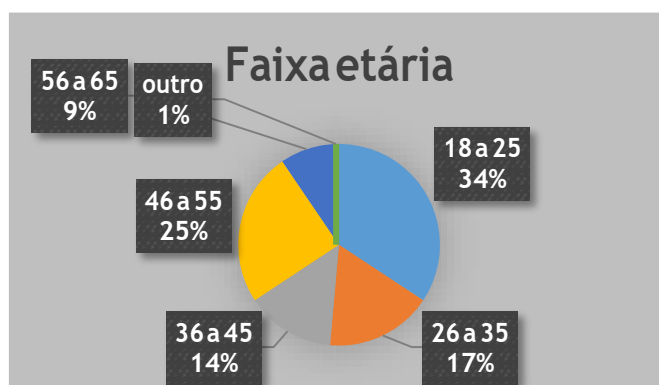


Gráfico 1 – Faixa etária

Fonte: Elaboração própria

Outro aspeto importante relativamente à caracterização dos inquiridos é a função que estes exercem no mundo acadêmico e profissional porque dependendo da função o inquirido poderá ter mais ou menos experiência relativamente à matéria abordada no inquérito. Com isto, tivemos uma percentagem de 49% que equivale a 51 pessoas inquiridas sendo elas estudantes, mas em contrapartida obteve-se um resultado de 41% que corresponde a um total de 43 pessoas que já têm experiência profissional.

Função	Nº de pessoas	Percentagem
Estudante	51	49%
Docentes	4	4%
Profissionais externos	43	41%
Colaboradores não docentes	7	7%
Total	105	100%

Tabela 4 - Função

Fonte: Elaboração própria

Através do gráfico Área de formação podemos verificar que a grande maioria dos inquiridos tem estudos em Contabilidade, seguindo-se assim Gestão e por fim Economia com as respetivas percentagens de 21%, 13% e 12%. Não desfazendo das outras áreas de formação estas não apresentaram resultados tão avultados como estas áreas de formação acima mencionadas.

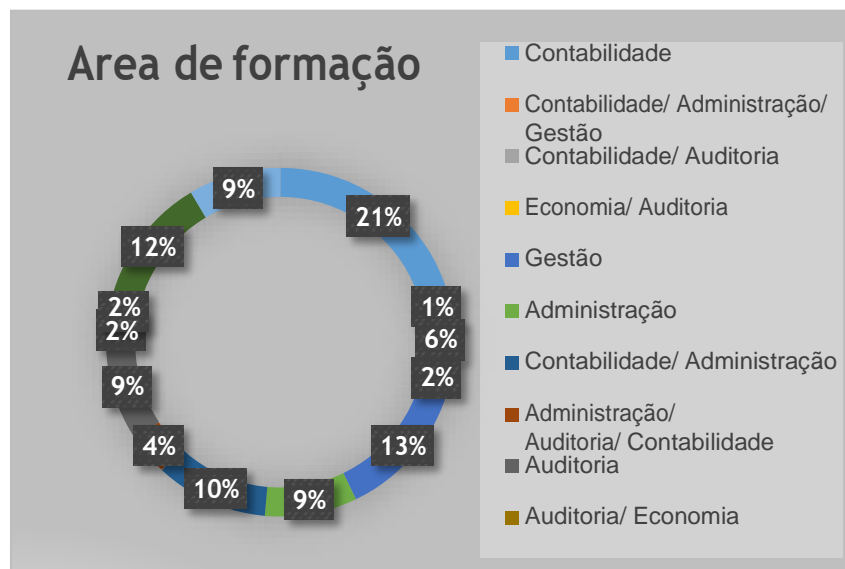


Gráfico 2 – Área de Formação

Fonte: Elaboração própria

Analisando a segunda parte do inquérito esta é composta por perguntas sendo que algumas perguntas estão condicionadas pela escolha acima feita relativamente à função que o inquirido exerce e verificou-se o seguinte:

- “O sucesso da entidade é garantido por um processo adequado de Controlo Interno”, dos 105 inquiridos 56 destes concordam com esta afirmação representando assim uma percentagem de 53% num total de 100%, em

contrapartida 14 inquiridos discordam desta afirmação representando assim um valor não muito expressivo de 13%.

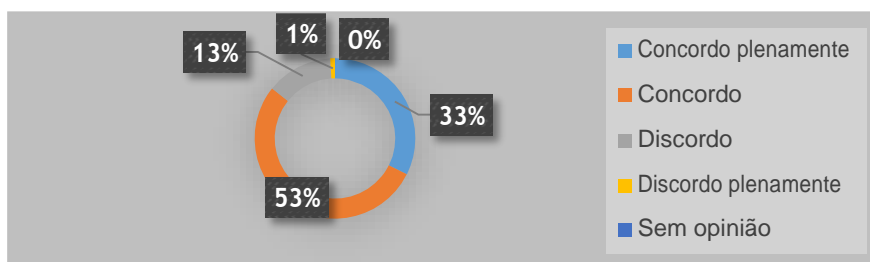


Gráfico 3 – O sucesso da entidade é garantido por um processo adequado de Controlo Interno

Fonte: Elaboração própria

- “Qual das seguintes funções tem mais impacto numa instituição de ensino? Porquê:”, nesta pergunta 59 inquiridos responderam Auditoria Externa representando assim um total de 56%, afirmando que esta era imparcial, isenta e obriga a que tudo esteja ao maior nível de conformidade possível. Mas em contrapartida 44% afirma que a Auditoria Interna tem mais impacto numa instituição de ensino porque este tipo de auditoria tem maior controlo dentro da entidade sabendo os pontos fortes e fracos da mesma.

	Nº de pessoas	Percentagem
Sim	46	44%
Não	59	56%
Total	105	100%

	Nº de pessoas	Percentagem
Sim	59	56%
Não	46	44%
Total	105	100%

Tabela 5 – Qual das seguintes funções tem mais impacto numa instituição de ensino

Fonte: Elaboração própria

- “As informações cedidas pela Auditoria Interna melhoram o desenvolvimento da Instituição”, de uma maneira geral podemos analisar que 55 pessoas concordam com esta afirmação, em contrapartida 12 pessoas representando 11% dos 100% discordam desta afirmação.

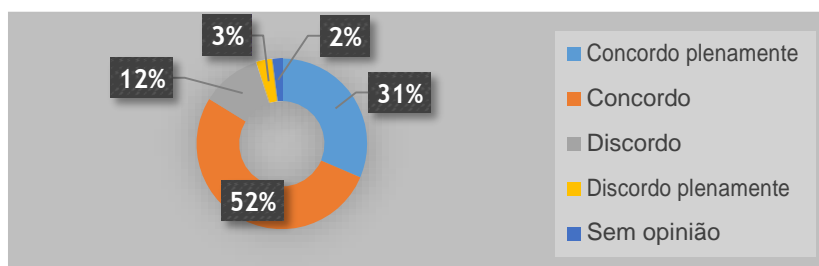


Gráfico 4 – As informações cedidas pela Auditoria Interna melhoram o desenvolvimento da Instituição

Fonte: Elaboração própria

- “A dimensão de uma Instituição influencia o relatório do auditor”, esta afirmação é uma afirmação condicionada podendo apenas ser respondida pelos inquiridos que selecionaram a função: Estudante. Podemos verificar que 78% afirma que a dimensão não influencia o relatório do auditor, mas 22% afirmam que a instituição influencia o relatório do auditor justificando que por vezes o próprio nome da instituição, o número de alunos e o nível de materialidade da mesma.

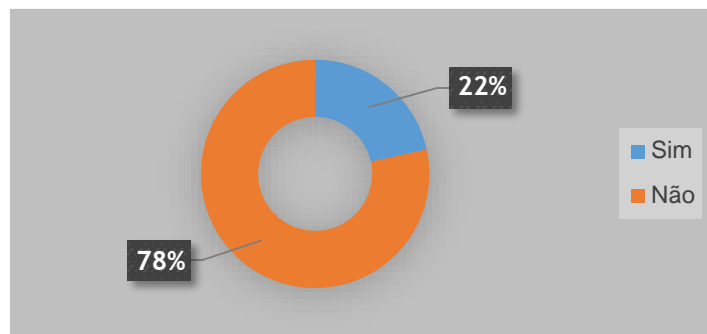


Gráfico 5 – A dimensão de uma Instituição influencia o relatório do auditor

Fonte: Elaboração própria

- “O Controlo Interno está em concordância com a Auditoria Interna”, da análise a esta afirmação sobressai a maior concentração das respostas em “Concordo plenamente” e “Concordo” tendo estes em conjunto uma percentagem de 76%, por sua vez três inquiridos não têm opinião sobre este assunto.

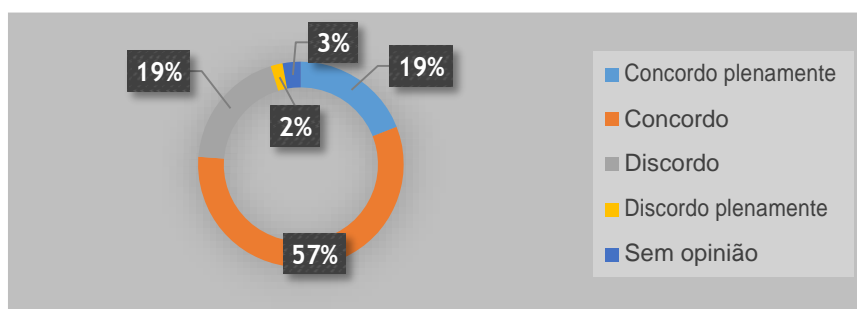


Gráfico 6 – O Controlo Interno está em concordância com a Auditoria Interna

Fonte: Elaboração própria

- “A atividade de Controlo Interno a par com a de Auditoria Interna poderá segregar as funções dos colaboradores” esta afirmação é uma afirmação condicionada podendo apenas ser respondida pelos inquiridos que selecionaram a função: Estudante. Com isto, 25 inquiridos concordam com esta afirmação representando assim 49% sendo que 6% discordam plenamente desta afirmação.

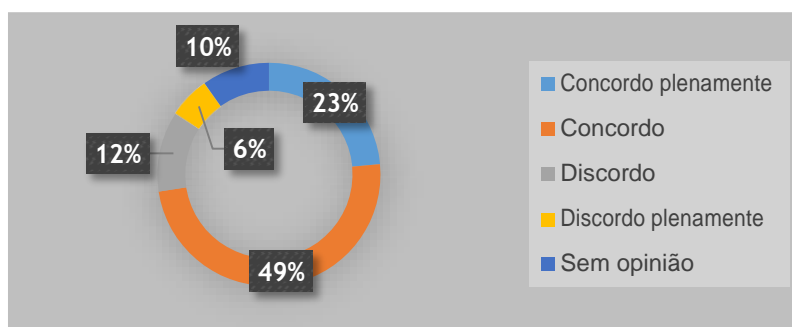


Gráfico 7 – A atividade de Controlo Interno a par com a de Auditoria Interna poderá segregar as funções dos colaboradores

Fonte: Elaboração própria

- “O relatório de Auditoria influencia a decisão de investidores”, esta afirmação é também uma afirmação condicionada e apenas os inquiridos que selecionaram a opção “Estudante” e “Docentes” poderiam ter respondido a esta afirmação, tendo em conjunto um total de 90% ter respondido “Concordo plenamente” e “Concordo” com esta afirmação.

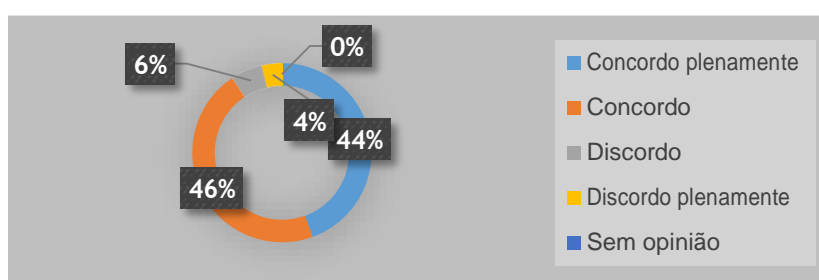


Gráfico 8 – O relatório de Auditoria influencia a decisão de investidores

Fonte: Elaboração própria

- “A credibilidade de uma Instituição influencia o relatório do auditor”, como a afirmação anterior esta afirmação também é condicionada e apenas os “Estudantes” poderiam responder a esta afirmação e verifica-se que 18 inquiridos concordam e 17 inquiridos discordam desta afirmação representando assim respetivamente 35% e 33%.

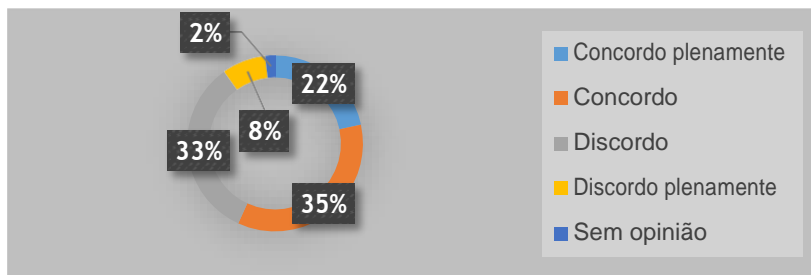


Gráfico 9 – A credibilidade de uma Instituição influencia o relatório do auditor

Fonte: Elaboração própria

- “Se uma Instituição tiver um processo de Auditoria Interna será mais credível do que outra que não tenha? Justifique”, dos 105 inquiridos 67 responderam que sim representando assim uma acentuada percentagem de 64%, justificando que quanto maior informação houver sobre a instituição mais credível esta será porque sendo o relatório um documento credível este poderá mudar a opinião de possíveis investidores. Contudo alguns inquiridos responderam que não, afirmando que: ”O revisor deverá ter em conta o grau de risco da auditoria, assim, caso, a instituição não tenha auditoria interna deverá desenhar os procedimentos mais adequados para que seja capaz de detetar as fraudes ou erros materialmente relevantes. Assim, a auditoria interna melhora os processos de controlo e ajuda o Revisor Oficial de Contas no conhecimento do Risco, no entanto também a responsabilidade de fazer ele também o teste aos controlos.”

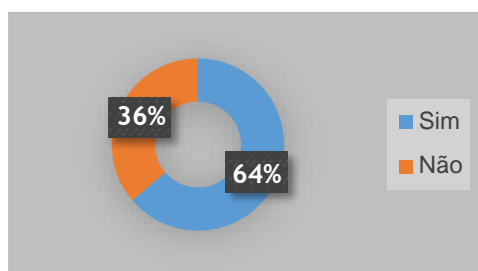


Gráfico 10 – Se uma Instituição tiver um processo de Auditoria Interna será mais credível do que outra que não tenha?

Fonte: Elaboração própria

- “A credibilidade do ensino passa pela Auditoria Interna”, analisando esta afirmação esta caracteriza-se por ser condicionada porque apenas os inquiridos “Estudantes” é que poderiam responder a esta afirmação. Visto que 23 pessoas da amostra concordam com esta afirmação podemos dizer que é possível a credibilidade do ensino passar pela auditoria interna.

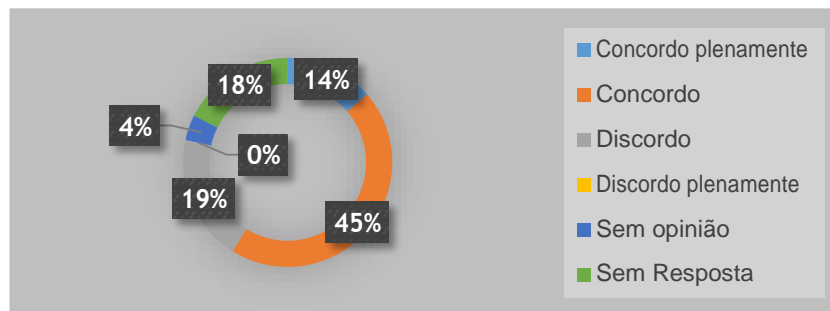
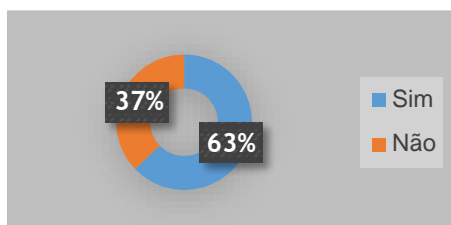


Gráfico 11 – A credibilidade do ensino passa pela Auditoria Interna

Fonte: Elaboração própria

- “Uma Instituição apresenta maior taxa de sucesso quando tem um departamento de Auditoria? Justifique”, de uma maneira geral podemos verificar que a maioria dos inquiridos cerca de 66 inquiridos representando assim 63% respondeu que “Sim” porque considera que o “departamento de auditoria tem como preocupação o funcionamento efetivo dos controlos internos da instituição” e também a auditoria permite detetar não conformidades e erros para que estes possam ser corrigidos. Em contrapartida 37% dos inquiridos consideram que na realidade a maioria das empresas não tem auditoria e não é por isso que estas não têm sucesso, o que poderá acontecer é que as entidades poderão ter ou contratar uma entidade externa a colaborar neste sentido.



	Nº de pessoas	Percentagem
Sim	66	63%
Não	39	37%
Total	105	100%

Gráfico 12/

Gráfico 12 – Uma Instituição apresenta maior taxa de sucesso quando tem um departamento de Auditoria?

Tabela 6 - Uma Instituição apresenta maior taxa de sucesso quando tem um departamento de Auditoria?

Fonte: Elaboração própria

- “A Auditoria Interna depende da Auditoria Externa? Justifique”, para esta competência temos uma percentagem de 53% que discordam com esta pergunta o

que vai um pouco de encontro às respostas obtidas no inquérito. Esta percentagem de inquiridos considera que ambas as auditorias devem ser independentes, mas podendo as duas em conjunto ajudarem-se para poderem favorecer a instituição em todos os níveis. Em contrapartida os inquiridos que responderam que a Auditoria Interna depende da Auditoria Externa afirmam que a Auditoria Interna tem como objetivo efetuar o levantamento de várias situações que não estejam a ser aplicadas para que quando efetuar a Auditoria Externa esta veja que esses mesmos problemas já estejam resolvidos.

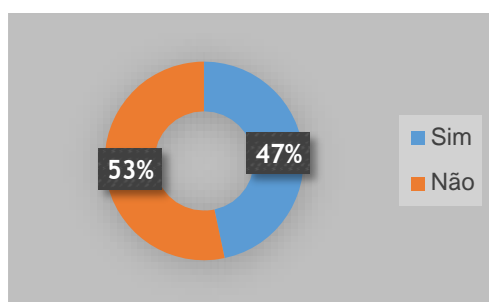


Gráfico 13 – A Auditoria Interna depende da Auditoria Externa?

Fonte: Elaboração própria

- “A Auditoria Interna e a Auditoria Externa podem influenciar o desempenho do Controlo Interno? Justifique”, dos 105 inquiridos uma grande percentagem cerca de 82% correspondendo assim a 86 inquiridos responderam que sim à pergunta feita, dizendo que ambas as Auditorias podem influenciar o desempenho do Controlo Interno da Instituição dados os riscos internos, externos, inerentes dos processos e objetivos estabelecidos pela instituição sendo que ambas têm que ser independentes para poder corrigir procedimentos após o Relatório de Auditoria.

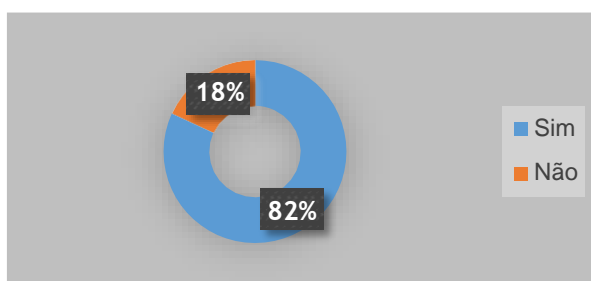


Gráfico 14 – A Auditoria Interna e a Auditoria Externa podem influenciar o desempenho do Controlo Interno?

Fonte: Elaboração própria

- “O Controlo Interno pode influenciar o desempenho da Auditoria Interna e da Auditoria Externa? Justifique”, de uma maneira geral podemos verificar que 70% dos inquiridos responderam “Sim” ao Controlo Interno poder influenciar o desempenho de ambas as auditorias e as respostas foram de encontro à escola feita pelos inquiridos justificando que o controlo interno influencia porque quanto mais eficiente e eficaz for o controlo menos testes e menos processos terá as auditorias de fazer, ressalvando que as auditorias como mencionado anteriormente têm que ser independentes para evitar conflitos.

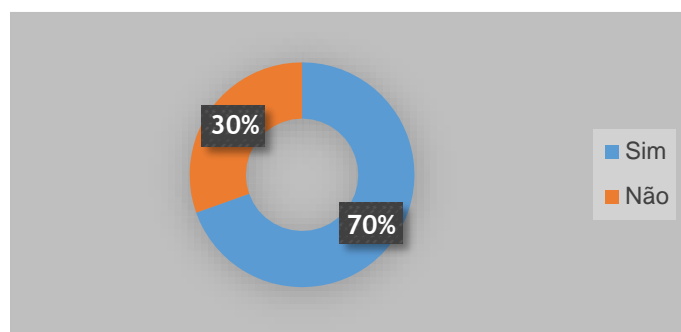


Gráfico 15 – O Controlo Interno pode influenciar o desempenho da Auditoria Interna e da Auditoria Externa?

Fonte: Elaboração própria

3.2 Estatística Inferencial

Segundo Upton e Cook (2008) a inferência estatística é um ramo da Estatística cujo objetivo é fazer afirmações a partir de um conjunto de valores representativo (amostra) sobre um universo (população), assume-se que a população é muito maior do que o conjunto de dados observados, a amostra. Tal tipo de afirmação deve sempre vir acompanhada de uma medida de precisão sobre sua veracidade. Para realizar este trabalho o estatístico coleta informações de dois tipos, experimentais (as amostras) e aquelas que obtém na literatura.

Para Marôco (2009), a análise estatística é definida através da comparação de parâmetros populacionais tendo como base amostras aleatórias dessas populações, com o pretexto de se testar algo. As estatísticas inferenciais podem ser de natureza paramétrica ou não paramétrica.

Resumindo a estatística inferencial consiste num processo de retirar conclusões ou generalizações acerca de uma determinada população usando informações de uma amostra.

O primeiro passo na condução de um teste de hipóteses é especificar as duas hipóteses alternativas, uma das quais vai ser escolhida com base na informação contida numa amostra (Pedrosa e Gama, 2016).

H0: Hipótese Nula: é a hipótese que julgamos inverosímil, isto é, que se julga improvável. Geralmente contém (=) (Pedrosa e Gama, 2016).

H1: Hipótese Alternativa: é a hipótese que julgamos verosímil, ou seja, a hipótese mais provável de acontecer e que se pretende verificar. Geralmente contém (>, < ou ≠).

O valor da prova ou o valor-p de um teste estatístico é uma probabilidade que mede até que ponto é que os dados da amostra sugerem a rejeição de H0, desta forma, o valor da prova ou o valor-p é o menor nível de significância que nos conduz à rejeição de H0 com a amostra observada (Pedrosa e Gama, 2016).

Contudo, também existe o erro de inferência que consiste em tirar a conclusão errada num teste estatístico a partir da informação contida na amostra, posto isto, quando se escolhe entre duas hipóteses complementares, sendo que uma delas é verdadeira, existe possibilidade de se cometer dois tipos de erros: o erro de tipo I e o erro de tipo II (Pedrosa e Gama, 2016).

Tipos de Erro de inferência	H0 verdadeira	H0 falsa
Aceitar H0	<u>Decisão correta</u>	<u>Erro tipo II</u>
	Risco $1 - \alpha$	Risco β
Rejeitar H0	<u>Erro tipo I</u>	<u>Decisão correta</u>
	Risco α	Risco $1 - \beta$
	<u>Nível de significância</u>	<u>Potência de teste</u>

Tabela 7 – Tipos de Erro de inferência

Fonte: (Pedrosa e Gama, 2016)

Segundo Pedrosa e Gama (2016), “O erro de tipo I (ou erro α) consiste em rejeitar a hipótese nula quando esta é verdadeira, quanto o erro de tipo II (ou erro β) consiste em aceitar a hipótese nula quando esta é falsa.”

Segundo Tuckman (2000), os testes podem ser divididos em dois grupos sendo estes: os testes paramétricos e os testes não para métricos.

Os testes paramétricos baseiam-se em medidas intervalares da variável dependente, mas este tipo de teste tem que cumprir três requisitos sendo estes:

1. Distribuição normal
2. Variação homogénea
3. Os intervalos são contínuos e iguais

O não cumprimento de algum destes requisitos poderá condicionar a escolha do pesquisador, dado que este tipo de teste é confiável e forte.

Segundo Tuckman (2000) quanto aos testes não paramétricos, estes requerem menos requisitos para as distribuições e baseiam-se em dados ordinais e nominais e são mais úteis para a análise de testes de hipóteses, são também úteis para a análise de grandes amostras que não é este caso, além disso os testes não paramétricos não são tão fidedignos como os testes paramétricos.

Para Marôco (2011) os testes não paramétricos são “considerados geralmente como uma alternativa aos testes paramétricos quando as condições de homogeneidade de variâncias entre os grupos, não se verificam”.

Em suma, numa primeira etapa vamos então proceder ao teste de normalidade de forma a verificar se o estudo segue uma distribuição normal, e com isto poderemos utilizar os testes paramétricos, caso isto não se verifique teremos que utilizar os testes não paramétricos.

3.3 Teste da normalidade

H0	Os dados da variável estudada se originam de uma distribuição normal
Nível de significância > 0,05	Não se rejeita a hipótese nula

Tabela 8 – Interpretação do Teste de normalidade

Fonte: Marôco (2007)

Portanto dos testes de normalidade possíveis de utilizar, optou-se por utilizar os testes de *Kolmogorov-Smirnov* e de *Shapiro-Wilk*. O teste de *Kolmogorov-Smirnov* pode ser usado

caso se verifique que os dados seguem uma determinada distribuição (normal, exponencial, binomial, etc).

O teste de *Shapiro-Wilk* determina uma variável estatística (W) calculada sobre os valores amostrais ordenados elevados ao quadrado, procurando aferir se uma amostra aleatória é originária de uma distribuição normal (Silva, 2016).

No quadro seguinte, podemos visualizar que a distribuição de dados de uma variável relacionada à variável dependente (A influência da Auditoria Interna e do Controlo Interno numa Instituição de Ensino Superior), nomeadamente a variável “Faixa Etária”, não se encontra enquadrada na normalidade, poi o nível de significância é inferior a 0,05, logo podemos assim concluir que se pode rejeitar a H0.

Teste de Kolmogorov-Smirnov de uma amostra		
		Faixa etária:
N		106
Parâmetros normais ^{a,b}	Média	2,58
	Desvio Padrão	1,441
Diferenças Mais Extremas	Absoluto	,212
	Positivo	,212
	Negativo	-,178
Estatística do teste		,212
Significância Assint. (Bilateral)		,000 ^c
Sig exata (bilateral)		,000
Probabilidade de ponto		,000

a. A distribuição do teste é Normal.
b. Calculado dos dados.
c. Correção de Significância de Lilliefors.

Tabela 9 – Teste de Kolmogorov - Smirnov

Fonte: Elaboração própria

No entanto também se procedeu ao teste de normalidade comparando as “Faixas Etárias” com a “Função” que cada pessoa inquirida desempenha.

Analisando o gráfico podemos visualizar que todas as “funções” segue a distribuição normal, à exceção da função: “Estudante” e “Profissionais Externos”.

Posto isto, mais uma vez podemos dizer que não têm todo um nível de significância > 0,05, logo poderemos rejeitar H0, isto é, os dados da variável estudada não se originam de uma distribuição normal.

		Testes de Normalidade					
		Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Função:	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
Faixa etária:	Colaboradores não Docentes	,235	7	,200*	,856	7	,139
	Docentes ISCAP	,329	4	.	,895	4	,406
	Estudante	,364	51	,000	,682	51	,000
	Profissionais Externos	,239	44	,000	,905	44	,002

*. Este é um limite inferior da significância verdadeira.
a. Correlação de Significância de Lilliefors

Tabela 10 – Teste normalidade

Fonte: Elaboração própria

Posto tudo isto, podemos concluir que os testes paramétricos não são viáveis para o estudo em apreço uma vez que não se cumprem todos os requisitos necessários para podermos utilizar os mesmos. Assim sendo, teremos de enveredar pelos testes não paramétricos.

O coeficiente ρ de *Spearman* mede a intensidade da relação entre variáveis ordinais ou uma variável ordinal e uma nominal.

Segundo Hauke e Kossowski (2011), o coeficiente de correlação de *Spearman* é um teste de hipótese não paramétrico que mede a força entre duas variáveis, pode ser usado para variáveis ao nível ordinal, sendo que não requer que a relação entre as variáveis seja linear, ao contrário do que sucede com o coeficiente de correlação de *Pearson*.

O coeficiente ρ de *Spearman* varia entre -1 e 1. Quanto mais próximo estiver destes extremos, maior será a associação entre as variáveis. O sinal negativo da correlação significa que as variáveis variam em sentido contrário, isto é, as categorias mais elevadas de uma variável estão associadas a categorias mais baixas da outra variável (Lehman, O'Rourke, Hatcher, Stepanski 2013).

O coeficiente da correlação de *Spearman*, segundo Shimakura (2006), pode ser interpretado da seguinte forma:

- Se R_s positivo: indica que à medida que a variável X cresce, a variável Y também cresce.
- Se R_s negativo: indica que à medida que a variável X cresce, a variável Y decresce.

Ainda segundo Shimakura (2006) os valores apresentados pelo teste não paramétrico Correlação de *Spearman* podem ser interpretados da seguinte forma:

- 0,00 a 0,19 corresponde a uma correlação bastante fraca
- 0,20 a 0,39 corresponde a uma correlação fraca
- 0,40 a 0,69 corresponde a uma correlação moderada
- 0,70 a 0,89 corresponde a uma correlação forte
- 0,90 a 1,00 corresponde a uma correlação muito forte

Tabela 11 – Interpretação do valor R_s

Fonte: Marôco (2007)

Desta forma, de seguida vamos iniciar o teste às quatro hipóteses definidas anteriormente. Importa referir que todas as variáveis utilizadas para definição das hipóteses dizem respeito a escalas de *Likert*.

Assim sendo e para possibilitar o uso do teste não paramétrico escolhido, foi necessário converter as escalas de *Likert* para formato numérico apresentado da seguinte forma:

- Concordo (1); Concordo plenamente (2); Discordo (3); Discordo Plenamente (4); Sem opinião (5).
- Não (1); Sim (2)

3.3.1 Teste à Hipótese 1

H0: não se verifica que o departamento de auditoria interna e o de Controlo Interno terão que apresentar relatórios à gestão de topo, uma vez que estes podem pedir ajuda à Auditoria Externa sendo esta independente

H1: verifica-se que o departamento de auditoria interna e o de controlo interno terão sempre que apresentar relatórios à gestão de topo, podendo estes pedir auxílio à Auditoria Externa sendo esta independente

Correlações			
		O departamento de Auditoria Interna e de Controlo Interno terão sempre que apresentar relatórios à gestão de topo	Podendo estes pedir auxílio à Auditoria Externa sendo esta independente
rô de Spearman	O departamento de Auditoria Interna e de Controlo Interno terão sempre que apresentar relatórios à gestão de topo	Coeficiente de Correlação	1,000
		Sig. (bilateral)	,383**
		N	105
	Podendo estes pedir auxílio à Auditoria Externa sendo esta independente	Coeficiente de Correlação	,383**
		Sig. (bilateral)	,000
		N	105

** A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

Tabela 12 – Teste de Hipótese 1

Fonte: Elaboração própria

Podemos apurar que através da análise do quadro acima apresentado, o coeficiente de correlação é de 0,383, ou seja, isto significa que se trata de uma correlação positiva e fraca. Assim sendo verifica-se que o departamento de Auditoria Interna e de Controlo Interno poderão não ter que apresentar sempre os relatórios à gestão de topo, mas devem pedir auxílio à Auditoria Externa para reforçar o relatório visto que esta é independente.

Também podemos dizer que o nível de significância apresentado é menor que 0,05 (p=0,00) isto é, como visto anteriormente vamos rejeitar a hipótese nula, confirmando que o departamento de Auditoria Interna e de Controlo Interno terão sempre que apresentar relatórios à gestão de topo, podendo estes pedir auxílio à Auditoria Externa sendo esta independente.

3.3.2 Teste à Hipótese 2:

H0: não se verifica que a dimensão da instituição poderá influenciar a Auditoria Interna e o Controlo Interno da instituição, podendo estes não atingir determinados objetivos e consequentemente não acrescentar valor à instituição.

H1: Verifica-se que a dimensão da instituição poderá influenciar a Auditoria Interna e o Controlo Interno da instituição, podendo atingir determinados objetivos e consequentemente acrescentar valor à instituição.

Correlações				
		A dimensão da instituição irá influenciar a Auditoria Interna e o Controlo interno da instituição		Podendo atingir determinados objetivos e consequentemente acrescentando o valor à entidade
rô de Spearman	A dimensão da instituição irá influenciar a Auditoria Interna e o Controlo interno da instituição	Coefficiente de Correlação	1,000	,179
		Sig. (bilateral)		,068
		N	105	105
	Podendo atingir determinados objetivos e consequentemente acrescentando valor à entidade	Coefficiente de Correlação	,179	1,000
		Sig. (bilateral)	,068	
		N	105	105

Tabela 13 – Teste de Hipótese 2

Fonte: Elaboração própria

Podemos apurar que através da análise do quadro acima apresentado, o coeficiente de correlação é de 0,179, ou seja, isto significa que se trata de uma correlação positiva e bastante fraca, isto é, à medida que uma variável aumenta a outra variável também aumenta. Assim sendo verifica-se que a dimensão da instituição poderá influenciar a Auditoria Interna e o Controlo Interno da instituição, possibilitando atingir determinados objetivos e consequentemente acrescentar valor à entidade.

Também podemos dizer que o nível de significância apresentado é maior que 0,05 ($p=0,068$) isto é, como visto anteriormente não vamos rejeitar a hipótese nula, isto é, não se confirma que a dimensão da instituição irá influenciar a Auditoria Interna e o Controlo Interno da instituição não podendo estes atingir determinados objetivos e consequentemente não acrescentar valor à instituição.

3.3.3 Teste à Hipótese 3:

H0: não se verifica que exista uma relação entre o sistema de Controlo Interno e a Auditoria Interna com o objetivo de ambos se entre ajudarem para melhorar a instituição

H1: verifica-se que exista uma relação entre o sistema de Controlo Interno e a Auditoria Interna com o objetivo de ambos se entre ajudarem para melhorar a instituição

Correlações				
			Existe uma relação entre o sistema de controlo interno e a auditoria interna	Com o objetivo de ambos se entre ajudarem para melhorar a instituição
rô de Spearman	Existe uma relação entre o sistema de controlo interno e a auditoria interna	Coeficiente de Correlação	1,000	,209*
		Sig. (bilateral)	.	,033
		N	105	105
	Com o objetivo de ambos se entre ajudarem para melhorar a instituição	Coeficiente de Correlação	,209*	1,000
		Sig. (bilateral)	,033	.
		N	105	105

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral).

Tabela 14 – Teste de Hipótese 3

Fonte: Elaboração própria

Podemos apurar que através da análise do quadro acima apresentado, o coeficiente de correlação é de 0,209, ou seja, isto significa que se trata de uma correlação positiva e fraca, isto é, à medida que uma variável aumenta a outra variável também aumenta. Assim sendo verifica-se que existe uma relação entre o sistema de Controlo Interno e a Auditoria Interna com o objetivo de ambos se entre ajudarem para melhorar a instituição.

Também podemos dizer que o nível de significância apresentado é menor que 0,05 ($p=0,033$) isto é, como visto anteriormente vamos rejeitar a hipótese nula, isto é, confirma-se que existe uma relação entre o sistema de Controlo Interno e Auditoria Interna com o objetivo de ambos se entre ajudarem para melhorar a instituição.

3.3.4 Teste à Hipótese 4:

H0: não se verifica que a credibilidade da instituição pode condicionar o sucesso da mesma conforme com ajuda do departamento de Controlo Interno e de Auditoria Interna

H1: verifica-se que a credibilidade da instituição pode condicionar o sucesso da mesma conforme com ajuda do departamento de Controlo Interno e de Auditoria Interna

Correlações			A credibilidade da instituição pode condicionar o sucesso da mesma	Com a ajuda do departamento de Controlo Interno e de Auditoria Interna
rô de Spearman	A credibilidade da instituição pode condicionar o sucesso da mesma	Coeficiente de Correlação	1,000	-,175
		Sig. (bilateral)	,075	,075
		N	105	105
	Com a ajuda do departamento de Controlo Interno e de Auditoria Interna	Coeficiente de Correlação	-,175	1,000
		Sig. (bilateral)	,075	,075
		N	105	105

Tabela 15 – Teste de Hipótese 4

Fonte: Elaboração própria

Podemos apurar que através da análise do quadro acima apresentado, o coeficiente de correlação é de -0,175, ou seja, isto significa que se trata de uma correlação negativa, isto é, à medida que uma variável aumenta a outra variável diminui. Assim sendo verifica-se que a credibilidade da instituição pode condicionar o sucesso da mesma sem a ajuda do departamento de Controlo Interno e o de Auditoria Interna.

Também podemos dizer que o nível de significância apresentado é maior que 0,05 ($p=0,075$) isto é, como visto anteriormente não vamos rejeitar a hipótese nula, isto é, não se confirma que a credibilidade da instituição é condicionada pela ajuda do departamento de Controlo Interno e de Auditoria Interna.

Interpretação dos Resultados

<p>H1: O departamento de Auditoria Interna e de Controlo Interno terão sempre que apresentar relatórios à gestão de topo, podendo estes pedir auxílio à Auditoria Externa sendo esta independente.</p>	<p>Como vimos anteriormente, foi possível chegar a algumas conclusões através do teste não paramétrico correlação de <i>Spearman</i>. Relativamente há primeira hipótese de investigação, podemos dizer que existe uma fraca relação entre ambas as variáveis, podendo afirmar que o departamento de Auditoria Interna e de Controlo Interno não terão que apresentar sempre os relatórios à gestão de topo, nem pedir constantemente auxílio à Auditoria Externa. Este facto é ainda comprovado através da análise descritiva onde 53% dos inquiridos discordam que a Auditoria Interna depende da Auditoria Externa.</p>
<p>H2: A dimensão da instituição irá influenciar a Auditoria Interna e o Controlo interno da instituição, podendo atingir determinados objetivos e consequentemente acrescentar valor à entidade</p>	<p>Quanto há hipótese 2, verifica-se através do teste utilizado, que podemos compreender que não existe uma relação entre as duas variáveis, porque não se rejeitou a hipótese nula. Assim sendo podemos afirmar que a dimensão da instituição não irá influenciar os objetivos determinados pela mesma. Este facto é ainda reforçado pela análise descritiva onde 63% concordam ou concordam plenamente que a dimensão da instituição poderá influenciar a Auditoria Interna e o Controlo Interno mas não influencia os objetivos determinados pela mesma</p>
<p>H3: Existe uma relação entre o sistema de controlo interno e a auditoria interna com o objetivo de ambos se entre ajudarem para melhorar a instituição</p>	<p>A hipótese 3 verifica-se, que existe uma correlação mas fraca mas que nos permitiu rejeitar a hipótese nula. Assim sendo e com a ajuda da estatística descritiva, podemos dizer que 83% dos inquiridos concordam ou concordam plenamente que as informações cedidas pela Auditoria Interna melhoram o desenvolvimento da instituição e que 76% concordam ou concordam plenamente que o Controlo Interno está em concordância com a Auditoria Interna</p>
<p>H4: A credibilidade da instituição pode condicionar o sucesso da mesma com a ajuda do departamento de controlo interno e de auditoria interna</p>	<p>Por fim, quanto à hipótese 4, verificou-se uma correlação negativa, isto é à medida que uma variável aumenta a outra diminui, isto é, a credibilidade da instituição pode condicionar o sucesso da mesma sem a ajuda dos departamentos de Auditoria Interna e de Controlo Interno. No entanto, apresenta um nível de significância superior a 0.05, logo não podemos rejeitar a hipótese nula, então consequentemente não se confirma que a credibilidade da instituição é condicionada pela ajuda dos departamentos de Auditoria Interna e de Controlo Interno</p>

Capitulo IV – Conclusão

O principal objetivo desta dissertação foi de averiguar se os departamentos de Auditoria Interna, o Sistema de Controlo Interno e a Auditoria Externa influenciavam uma Instituição de Ensino Superior tendo como consequência aumentar a sua credibilidade perante a sociedade ou até mesmo melhorar a instituição tanto a nível financeiro como a nível de alunos (Saraiva, 2010).

Para suportar esta ideia, numa primeira etapa realizou-se uma revisão de literatura que permitiu compreender os principais conceitos relativos à atividade de Auditoria Interna, Controlo Interno e de Auditoria Externa vista por diferentes autores e diferentes instituições. Também numa primeira fase na revisão de literatura permitiu compreender as diferenças entre auditor interno e auditor externo, nomeadamente as fases da auditoria e o respetivo papel do auditor interno (Martins, 2015).

No entanto, ainda na revisão de literatura abordou-se o tema do Controlo Interno nas instituições públicas do ensino superior, o contributo que o Controlo Interno pode dar à Auditoria Interna, tendo sempre por base os limites a que o Controlo Interno está sujeito e ainda se conseguiu referir o novo COSO (Costa, 2010).

Numa segunda etapa realizou-se a metodologia de investigação onde se pode fazer perguntas relativamente ao que os autores anteriormente tinham escrito, posto isto foi criado um modelo de análise, de forma a articular as diversas questões formando mais tarde as hipóteses de investigação, tendo sido realizado um inquérito de forma a enquadrar a revisão de literatura elaborada.

Assim, e tendo em conta a metodologia utilizada, pode-se concluir que na opinião dos inquiridos, o Controlo Interno e a Auditoria Interna são importantes para a instituição sendo que 86% dos inquiridos concordam que o sucesso da mesma passa por ter um adequado Sistema de Controlo Interno e que 83% dos inquiridos concordam que as informações cedidas pela Auditoria Interna melhoram o desenvolvimento da instituição. Desta forma 76% dos inquiridos concordam que o Controlo Interno está em concordância com a Auditoria Interna.

De acordo com os inquiridos 64% concordam que se uma instituição tiver um processo de Auditoria Interna esta será mais credível do que outra que não tenha e consequentemente terá uma taxa de sucesso maior (63 % concordam). No entanto, 53% dos inquiridos discordam que a Auditoria Interna depende da Auditoria Externa, mas em

contrapartida 82% dos inquiridos concordam que ambas as auditorias podem influenciar o desempenho do Controlo Interno.

Observando a análise inferencial, tal como referido anteriormente, as hipóteses foram todas testadas através do teste não paramétrico de correlação de *Spearman*, do qual se pode confirmar que duas hipóteses rejeitaram a hipótese nula (H1 e H3) sendo que H2 e H4 não rejeitaram a hipótese nula devido ao facto do nível de significância ser superior a 0,05.

Posto isto, tendo em conta a ponderação do modelo de análise construído onde cada hipótese analisada correspondia a 25%, podemos dizer que houve 50% de confirmação das hipóteses sendo que duas delas não se confirmam, logo podemos afirmar que não se obteve uma resposta afirmativa à pergunta de investigação “A Auditoria Interna e o Controlo Interno influenciam uma Instituição de Ensino Superior?”.

Assim, podemos concluir que não foi atingido o principal objetivo desta dissertação que era verificar se a Auditoria Interna e o Controlo Interno influenciavam uma Instituição de Ensino Superior.

Limitações do estudo

Embora utilizei o método quantitativo não é possível generalizar os resultados obtidos visto que apenas foi desenvolvido o estudo numa única instituição.

Outra limitação do estudo foi a questão temporal, pois não foi possível aguardar por um maior número de respostas.

Recomendações futuras

Quanto às recomendações futuras, seria importante numa próxima investigação obter um maior número de pessoas inquiridas, pois a amostra não é muito significativa, mas também alargar a amostra para outros institutos para poder ter uma comparação relativamente há evolução do departamento de Auditoria Interna e de Controlo Interno quanto à sua influência no mesmo.

Também seria de interesse do instituto dar a conhecer esta investigação a outros institutos com o objetivo de melhorar cada dia que passa tendo num futuro melhores resultados.

Referências Bibliográficas

- Accountant, I. F. (2017). Obtido de www.ifac.org
- Accountants, I. F. (1999). *Technical Pronouncements*. New York.
- Adetoso, J., Oladejo, K., & Akensiro, A. (2013). Effectiveness of internal auditor in controlling fraud and other financial irregularities in private universities in south-west, Nigeria. *Journal of Finance and Accounting*, 106-110.
- Auditors, T. I. (2018). Obtido de North America: <https://na.theiia.org/Pages/IIAHome.aspx>
- Bailly, A. (1950). *Dictionnaire: Grec/Français*. França.
- Bouça, M. (2017). A Auditoria e a Gestão do Risco. ISCAP: Dissertação de Mestrado em Auditoria.
- Bubilek, O. (2017). Importance of International Audit and Internal Control in an Organization - Case Study.
- Carneiro, A. (2001). *Auditoria de Sistemas de Informação*. FCA - Editora de Informática, Ida.
- Contas, O. d. (2014). Manual do Revisor Oficial de Contas, Diretriz de Revisão/Auditoria (DRA) 410- Controlo Interno.
- Contas, O. d. (s.d.). Manual do Revisor Oficial de Contas, Diretriz de Revisão/Auditoria (DRA) 700.
- Costa, C. B. (2010). *Auditoria Financeira - Teoria & Prática*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Cruz, M. d. (2001). *Controlo nas Empresas*. Instituto Superior de Constabilidade e Administração do Porto, S. Mamede de Infesta.
- Davis, J. (2000). The Trusted General manager and Business Unit Performance: Empirical Evidence of a Competitive Advantage. *Strategic Management Journal*.
- Deloitte. (Abril de 2017). Obtido de Deloitte: <https://www2.deloitte.com/pt/pt/pages/audit/solutions/what-is-audit.html>
- Diehl, A. A. (2004). *Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Prentice Hall.
- Ferreira, R. J. (2012). Contabilidade avançada: inclui a nova estrutura conceitual comentada. Rio de Janeiro.
- Fortin, M. F. (2003). *O Processo e Investigação: da concepção à realização (3ª edição)*. Loures: Lusociência.
- Fortin, M.-F. (1999). *O processo de Investigação: da condição à realização*. Loures: Lusociência, 2ª Edição.

- Franco, E. M. (2000). *Auditoria Contábil*. São Paulo: Editora Atlas.
- Gil, A. C. (2010). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.
- Hauke, J., & Kossowski, T. (2011). *Comparison of Values of Pearson's and Spearman's Correlation Coefficients on the Same Sets of Data*.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2000). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Klahr, D., & Dunbar, K. (1998). Dual Space Search During Scientific Reasoning. *Cognitive V.12*, Nº1.
- Kramer, R. (2006). Progress and Promise in Theory and Research. *Organizational Trust: A Reader*. Oxford: Oxford University Press.
- Lehman, A., O'Rourke, N., Hatcher, L., & Stepanski, E. (2013). *JMP for Basic Univariate and Multivariate Statistics: Methods for Researchers and Social Scientists (2ª Edição)*. United States of America.
- Lourenço, R. (2017). *Novo Modelo de Certificação Legal das Contas*. Obtido de <https://www.bdo.pt/pt-pt/publicacoes/artigos-tecnicos/novo-modelo-de-certificacao-legal-das-contas>
- Marôco, J. (2007). *Análise Estatística, com utilização do SPSS (3ª Edição)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Marôco, J. (2009). *Avaliação das qualidades psicométricas de uma escala*. Lisboa: ISPA.
- Marques, F. L., & Marçal, N. (2011). *Manual de Auditoria e Controlo Interno no Sector Público*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Marques, M. d. (2003). Tendências Recentes de Abordagem à Contabilidade Pública em Portugal. *Revista de Contabilidade e Finanças - USP*, 96-108.
- Martins, D. C. (2015). *A Implementação da Auditoria Interna numa Câmara Municipal do Minho 2015- Relatório de Estágio*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, S.Mamede de Infesta.
- Martins, I., & Georgina Morais. (2007). *Auditoria Interna: Função e Processo*. Lisboa: Áreas Editora.
- Morais, G., & Martins, I. (2003). *Auditoria Interna: Função e Processo*. Lisboa: Áreas Editora.
- Morettin, P. A., & Bussab, W. (2003). *Estatística Básica (5ª Edição)*.
- Pedrosa, A. C., & Gama, S. (2016). *Introdução computacional à Probabilidade e Estatística com Excel (3ª Edição)*. Porto: Porto Editora.
- Pinheiro, C. (2013). *Acrescentar valor à organização com a Auditoria Interna*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto: Dissertação do Mestrado de Auditoria.

- Pinheiro, C. G. (s.d.). *Acrescentar valor à organização com a Auditoria Interna*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, S.Mamede de Infesta.
- Pinheiro, J. L. (2005). Auditoria Interna - Criar Sucesso. *Revista de Auditoria Interna*.
- Querioz, J. E. (2017). *Linkedin*. Obtido de <https://www.linkedin.com/pulse/princ%C3%ADpios-do-novo-coso-erm-conex%C3%B5es-com-os-2013-para-ebert-queiroz/>
- Real, A. (2014). Objetivos Organizacionais. *Jornal de Negócios*.
- Rodrigues, S. P. (2013). *O Contributo da Auditoria Interna para uma gestão eficaz*. Instituto Superior de Contabilidade do Porto, S.Mamede de Infesta.
- Rudio, F. (1978). *Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, A. (2017). A contabilidade de gestão na Administração Pública: Um estudo de caso. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto: Trabalho de Projeto do Mestrado de Contabilidade e Finanças.
- Sariva, E. C. (2010). *A Auditoria Interna em Instituições de Ensino Superior - O Caso do Ensino Superior Público Politécnico 2010*. Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu, Viseu.
- Serra, S., Machado, S., & Patrícia, G. (2015). Auditoria e Sistema de Controlo Interno nas Instituições Públicas de Ensino Superior Portuguesas. Instituto Politécnico de Bragança.
- Silva, F. (2016). Influência da Auditoria Interna nos comportamentos e formas de atuar dos colaboradores na organização. Instituto Superior de Contabilidade de Administração do Porto: Dissertação de Mestrado de Auditoria.
- Sousa, N. (2016). A importância da Auditoria na deteção e prevenção da fraude. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto: Dissertação no Mestrado de Auditoria.
- Taborda, D. M. (2015). *Auditoria - Revisão legal das contas e outras funções do revisor oficial de contas (2ª Edição)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Teixeira, A. B. (2016). A Contabilidade de Gestão na Administração Pública, Uma Evolução Sustentada. Escola Superior de Ciências Empresariais, Instituto Politécnico de Setúbal.
- The importance of internal control in financial reporting and safeguarding plan assets. (2014). United States.
- Tuckman, B. W. (2000). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Turoff, M., Chumer, M., Hiltz, S., Klashner, R., Alles, M., Vasarhelyi, M., & Kogan, A. (2004). Assuring homeland security: continuous monitoring, control and assurance of

emergencypreparedness. *Journal of Information Technology Theory and Application (JITTA)*.

Upton, G., & Cook, I. (2008). *Oxford Dictionary of Statistics*. Oxford University Press.

Willsher, R. (2007). Um negócio arriscado. *Revista Exame World Business*.

Yin's, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods (2ª Edição)*. California: California: SAGE Publications .

Apêndices

A influência da Auditoria Interna e do Controlo Interno nas Instituições do Politécnico do Porto

O objectivo desta dissertação consiste em fazer um ponto da situação relativamente à auditoria interna e do controlo interno nas escolas do Politécnico do Porto. Dado que estes serviços melhoram a qualidade da informação para a tomada de decisão dos utilizadores, era da maior importância receber o seu contributo sobre o desempenho da auditoria e do controlo interno.

Sendo assim, para conseguir concretizar o objectivo acima enunciado, necessito da sua colaboração. Agradeço, desde já, a vossa colaboração.

Existem 19 perguntas neste inquérito

Perguntas

1 [1]Faixa etária: *

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- Entre os 18 e 25
- Entre os 26 e 35
- Entre os 36 e 45
- Entre os 46 e 55
- Entre os 56 e 65
- Outro

2 [2]Género: *

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- Feminino
- Masculino

3 [3]Função: *

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- Docentes ISCAP
- Profissionais Externos
- Estudante
- Colaboradores não Docentes

4 [4]Área de Formação: *

Por favor, seleccione **todas** as que se aplicam:

- Administração
- Auditoria
- Contabilidade
- Economia
- Gestão
- Outro:

5 [5]O sucesso da entidade é garantido por um processo adequado de Controlo Interno: *

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

* Resposta era A1'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.) e Resposta era A2'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.) e Resposta era A3'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.) e Resposta era A4'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.)

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- Concorro plenamente
- Concorro
- Discordo
- Discordo plenamente
- Sem opinião

6 [6]Qual das seguintes funções tem mais impacto numa Instituição de ensino? Porquê: *

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

* Resposta era A1'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.) e Resposta era A2'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.) e Resposta era A3'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.) e Resposta era A4'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.)

Por favor, seleccione **todas** as que se aplicam e forneça um comentário:

- Auditoria Interna
- Auditoria Externa

7 [7]As informações cedidas pela Auditoria Interna melhoram o desenvolvimento da Instituição: *

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

* Resposta era A1'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta 3 [3] (Função.) e Resposta era A2'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta 3 [3] (Função.) e Resposta era A3'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta 3 [3] (Função.) e Resposta era A4'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta 3 [3] (Função.)

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- Concordo plenamente
- Concordo
- Discordo
- Discordo plenamente
- Sem opinião

8 [8]A dimensão de uma Instituição influencia o relatório do auditor: *

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

* Resposta era A3'Estudante' na pergunta 3 [3] (Função.)

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- Sim
- Não

9 [8.1]De que forma: *

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

* Resposta era 'Y'Sim' na pergunta 8 [8] (A dimensão de uma instituição influencia o relatório do auditor.)

Por favor, escreva aqui a sua resposta:

10 [9]O Controlo Interno está em concordância com a Auditoria Interna: *

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

* Resposta era A1'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.) e Resposta era A2'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.) e Resposta era A3'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.) e Resposta era A4'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.)

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- Concordo plenamente
- Concordo
- Discordo
- Discordo plenamente
- Sem opinião

11 [10]A atividade de Controlo Interno a par com a de Auditoria Interna poderá segregar as funções dos colaboradores: *

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

* Resposta era A3'Estudante' na pergunta '3 [3]' (Função.)

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- Concordo plenamente
- Concordo
- Discordo
- Discordo plenamente
- Sem opinião

12 [12]O relatório de Auditoria influencia a decisão de investidores: *

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

* Resposta era A1'Docentes ISCAP' ou 'Estudante' na pergunta '3 [3]' (Função.) e Resposta era A3'Docentes ISCAP' ou 'Estudante' na pergunta '3 [3]' (Função.)

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- Concordo plenamente
- Concordo
- Discordo
- Discordo plenamente
- Sem opinião

13 [13]A credibilidade de uma Instituição influencia o relatório do auditor: *

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

* Resposta era A3'Estudante' na pergunta '3 [3] (Função.)

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- Concordo plenamente
- Concordo
- Discordo
- Discordo plenamente
- Sem opinião

14 [14]Se uma Instituição tiver um processo de Auditoria Interna será mais credível do que outra que não o tenha? Justifique *

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

* Resposta era A1'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3] (Função.) e Resposta era A2'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3] (Função.) e Resposta era A3'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3] (Função.) e Resposta era A4'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3] (Função.)

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- Sim
- Não

Escreva um comentário à sua escolha aqui:

15 [15]A credibilidade do ensino passa pela Auditoria Interna:

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

* Resposta era A3'Estudante' na pergunta '3 [3] (Função.)

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- Concordo plenamente
- Concordo
- Discordo
- Discordo plenamente
- Sem opinião

16 [16]Uma Instituição apresenta maior taxa de sucesso quando tem um departamento de Auditoria? Justifique *

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

* Resposta era A1'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3] (Função.) e Resposta era A2'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3] (Função.) e Resposta era A3'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3] (Função.) e Resposta era A4'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3] (Função.)

Por favor, seleccione **apenas uma** das seguintes opções:

- Sim
- Não

Escreva um comentário à sua escolha aqui:

17 [17]A Auditoria Interna depende da Auditoria Externa? Justifique *

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

* Resposta era A1'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.) e Resposta era A2'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.) e Resposta era A3'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.) e Resposta era A4'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.)

Por favor, seleccione apenas uma das seguintes opções:

- Sim
 Não

Escreva um comentário à sua escolha aqui:

18 [18]A Auditoria Interna e a Auditoria Externa podem influenciar o desempenho do Controlo Interno? Justifique *

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

* Resposta era A1'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.) e Resposta era A2'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.) e Resposta era A3'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.) e Resposta era A4'Docentes ISCAP' ou 'Profissionais Externos' ou 'Estudante' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.)

Por favor, seleccione apenas uma das seguintes opções:

- Sim
 Não

Escreva um comentário à sua escolha aqui:

19 [19]O Controlo Interno pode influenciar o desempenho da Auditoria Interna e da Auditoria Externa? Justifique *

Responda a esta pergunta apenas se as seguintes condições são verdadeiras:

* Resposta era A1'Estudante' ou 'Profissionais Externos' ou 'Docentes ISCAP' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.) e Resposta era A2'Estudante' ou 'Profissionais Externos' ou 'Docentes ISCAP' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.) e Resposta era A3'Estudante' ou 'Profissionais Externos' ou 'Docentes ISCAP' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.) e Resposta era A4'Estudante' ou 'Profissionais Externos' ou 'Docentes ISCAP' ou 'Colaboradores não Docentes' na pergunta '3 [3]' (Função.)

Por favor, seleccione apenas uma das seguintes opções:

- Sim
 Não

Escreva um comentário à sua escolha aqui: